

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2013. Presidência:** Prof. Dr. Sérgio
4 França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de
5 dois mil e treze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira
6 convocação. **COMPARECIMENTOS**: Professores e Funcionários: Sérgio França Adorno de
7 Abreu, João Roberto Gomes de Faria, Sylvia Basseto, Maria Cristina F. Salles Altman,
8 Eduardo Brandão, Marcelo Cândido da Silva, João Paulo Cândia Veiga, Marcelo Módolo, José
9 Antônio Vasconcelos, Gabriel Luis Scheffer Regensteiner, Adilson Avansi de Abreu, Ronald
10 Beline Mendes, Marlene Petros Angelides, Francis Henrik Aubert, Christian Schallenmueller,
11 Paula da Cunha Correa, Giuliana Ragusa de Faria, Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmelo
12 Santoro, Marie Marcia Pedroso, Brasília João Sallum Júnior, Carlos Roberto Figueiredo
13 Nogueira, Adrian Pablo Fanjul, Zilda Márcia Gricoli Iokoi, André Roberto Martin, Milton
14 Meira do Nascimento, Rosangela Sarteschi, Giliola Maggio, Sandra Guardini Teixeira
15 Vasconcelos, Maria Rita Umeno Morita, Marcos Francisco Napolitano de Eugênio, Cícero
16 Romão Resende de Araujo, Reginaldo Gomes de Araújo, Daniel Púglia, Luiz Dagobert de
17 Aguirra Roncari, Margarida Maria Taddoni Petter, Viviana Bosi, Marcia Regina Gomes Staaks,
18 Eliza Atsuko Tashiro Perez, Maria Augusta Da Costa Vieira, Maria Elisa Siqueira Silva,
19 Ricardo da Cunha Lima, Marilza de Oliveira, Fernando de Magalhães Papaterra Limongi,
20 Valéria de Marco, Roberta Barni, Como assessores atuaram: Eliana Bento da Silva AmatuZZi
21 de Barros (SCS), Leonice Maria S. Farias (ATFN), Augusto César Freire Santiago (STI),
22 Rosângela Duarte Vicente (ATAC), Maria Aparecida Laet (Biblioteca). **JUSTIFICATIVAS**:
23 Marli Quadros Leite, Maria Celia Pereira Lima Hernandez, Maria Teresa Celada, Vagner
24 Gonçalves Silva, Wagner Costa Ribeiro, Olga Ferreira Coelho, Manoel Mourivaldo Santiago
25 Almeida, Elias Thomé Saliba, Laura Moutinho, Beatriz Raposo de Medeiros, Laura Izarra,
26 Maria Zulma Moriondo Kulikoviski. **PARTE I - Apresentação do tema: “Ética e Pesquisa:**
27 **Desafios para as Humanidades” pelo Professor convidado Prof. Dr. Dalton Luiz de Paula**
28 **Ramos (FO-USP – Professor Titular) – às 14 horas.** Com a palavra, o Prof. Dalton Luiz de
29 Paula Ramos disse: “Irei disponibilizar o *power point* para os interessados via assessoria
30 acadêmica, pois não irei apresentá-lo na íntegra. Eu pretendo apresentar para vocês a minha
31 pesquisa na área de ética na pesquisa com seres humanos. Eu estou há oito anos como membro
32 da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (CONEP), com sede em Brasília, e ela é responsável
33 como instância superior ao elenco grande dos comitês de ética espalhados pelas instituições de
34 ensino e pesquisa. Só na USP temos 19 comitês de ética e pesquisa. Há dois anos eu aceitei o

35 convite da PUC-SP para integrar o seu Comitê de Ética em Pesquisa, pois eu gostaria de estar
36 mais próximo de um Comitê de Ética que trabalha especificamente na área de Humanas, o que
37 é o caso dos cursos existentes na PUC-SP. Participar deste comitê tem me proporcionado um
38 grande aprendizado, já que eu não sou da área de Humanidades e sim da Saúde. Temos história
39 sobre ética em pesquisa na área da Saúde e é isso que eu quero expor para vocês e, também,
40 quais são os desafios que hoje se colocam para a pesquisa na área das Ciências Humanas.
41 Muito rapidamente, podemos ver aqui um cenário que se caracterizou de forma muito explícita
42 com relação à pesquisa clínica. Há dois documentos importantes, o de Nuremberg e o de
43 Helsing, que tratam da pesquisa clínica e que estabelecem os primeiros parâmetros, como o de
44 que os interesses dos indivíduos devem prevalecer sobre os interesses da sociedade e, ainda,
45 que o protocolo de pesquisa deve ser submetido à apreciação de um comitê independente. Tudo
46 isso é decorrência de tantos abusos que ocorreram na primeira metade do século 20, em
47 particular aqueles que se tornaram públicos na Segunda Guerra Mundial e que, até muito
48 recentemente, ainda presenciamos situações concebidas como inaceitáveis, principalmente
49 aquelas que envolvem seres humanos em pesquisas clínicas, como na farmacologia e na
50 medicina. O que temos no cenário brasileiro no ano de 1988? Temos a última versão da nossa
51 Constituição da República e a Oitava Conferência Nacional da área de Saúde. Estes dois
52 grandes acontecimentos históricos levaram ao fortalecimento da ideia do controle social, pois o
53 Conselho Nacional de Saúde (CNS) vai representar um controle social. Quero enfatizar isso
54 porque quando nos deparamos com a questão do controle social é importante destacar que
55 estamos falando de uma tentativa da sociedade civil, independentemente de outras instituições
56 estabelecidas, como o Legislativo, para fazer o acompanhamento da gestão das Políticas
57 Públicas, vocação para a qual o Conselho Nacional de Saúde (CNS) irá se orientar. Ele já
58 existia antes de 1988, mas ele é reformulado neste ano. A primeira tarefa que ele se coloca é a
59 de trazer para si a responsabilidade de trabalhar com a questão da ética nas pesquisas que
60 envolvem seres humanos, criando o sistema CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) e CONEP
61 (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). O CNS tem o aporte do Ministério Nacional de
62 Saúde, mas ele possui independência com relação ao gestor do ministério. Em 1996 temos um
63 importantíssimo referencial histórico com a primeira Resolução do CNS, Resolução 196,
64 documento extenso que retoma as grandes diretrizes internacionais, não se propondo reinventar
65 a roda, mas procurando dar à roda as características próprias do ambiente cultural brasileiro e
66 da nossa situação socioeconômica. A partir de 1996 temos, então, a implementação do sistema
67 e os pontos centrais da apreciação ética possuem quatro pilares, que são: autonomia dos
68 sujeitos pesquisados, isto é, deve haver o esclarecimento sobre o que é o voluntariado e

69 também sobre o seu consentimento; aquele que é convidado a participar de uma pesquisa deve
70 ter consciência de sua autonomia, garantido que ele participe da pesquisa enquanto voluntário,
71 sem nenhum tipo de coerção ou indução para que ele participe da pesquisa, oferecendo todas as
72 informações necessárias para o seu consentimento verdadeiro; ponderação entre riscos e
73 benefício, a partir dos grandes referenciais éticos, e não a partir da beneficência e da
74 maleficência, a pesquisa deve garantir isso, minimizando danos e maximizando possíveis
75 benefícios, o que eventualmente não é oferecido diretamente aos participantes, o que ocorre
76 muito na área da Saúde, já que os beneficiados com a pesquisa são a sociedade e a ciência; o
77 terceiro elemento importante é que danos previsíveis devem ser evitados. Toda pesquisa parte
78 de uma hipótese ainda a se confirmar, conseqüentemente temos uma margem de risco; o que se
79 espera é que se faça um planejamento adequado do projeto de pesquisa e que haja competência
80 na área da Pesquisa, pois a somatória de tudo isso vai garantir que se possa prever danos e que
81 se possa implementar as medidas de proteção e resgate caso os danos se apresentem. E mesmo
82 que não seja possível prever todos os danos, é necessário fazer um monitoramento para o caso
83 do aparecimento de um evento adverso e não planejado para que se possa rapidamente fazer a
84 identificação e a intervenção necessária, evitando o sofrimento dos participantes diante deste
85 evento adverso; o quarto elemento é a relevância social da pesquisa, que não deve perder o
86 sentido de sua destinação sócio-humanitária. Eu pontuei sinteticamente o que a Resolução
87 procura desenvolver nas diversas partes do seu texto. A Resolução é um referencial genérico,
88 pois este trabalho não deve se prender às normas ou ao *checklist*, mas um trabalho de constante
89 reflexão, que é exercido pelos comitês, representantes dos fóruns onde as questões são
90 trabalhadas e refletidas, achando os caminhos mais adequados para preservar estes princípios.
91 Este é o cenário de 1996 até hoje. Hoje temos em torno de 650 comitês de ética. A distribuição
92 dos comitês no cenário nacional está atrelada às instituições de ensino e pesquisa, locais onde o
93 conhecimento é produzido. Nestes 15 anos, até hoje, os Comitês de Ética ligados à área da
94 Saúde se desenvolveram. Temos um caminho consolidado, mas que não está acabado. Temos
95 muitos desafios, como as diversidades dos comitês, já que podemos ter dois comitês vizinhos
96 que funcionam de modo totalmente diferente, na sua forma de agir e de atuar. Mas isso também
97 é uma conquista, pois os comitês não são homogêneos ou padronizados, não podemos
98 transformar a ética em algo normativo, mas devemos é fomentar a discussão e o debate,
99 possibilitando a diversidade, o que vai contribuir com a riqueza da discussão. Temos que
100 garantir isso como princípio básico. Procurando dar suporte aos comitês existentes, temos a
101 CONEP, com sede em Brasília e com 30 membros titulares, que possuem responsabilidades
102 que estão previstas na Resolução de 1996. Vou fazer uma contextualização histórica. Em 1996,

103 quando das discussões que resultaram na Resolução do mesmo ano, foi entendido que algumas
104 áreas de pesquisa tinham representação estratégica para o país e deveriam ser tuteladas de
105 forma especial, como a pesquisa sobre genética humana, as pesquisas multicentro que
106 envolvem colaboração estrangeira e a pesquisa envolvendo a população indígena, entre outras.
107 Discutia-se que pelo fato do sistema estar se implantando, ele possui fragilidades, e havia
108 alguns grupos organizados que queriam deter o controle sobre a pesquisa de certas áreas. Por
109 isso, no meu entendimento, aconteceu a centralização do sistema na Comissão Nacional de
110 Ética em Pesquisa. Sempre que eu me manifesto publicamente sobre a minha gestão como
111 membro na CONEP, da qual eu participo há sete anos, eu digo que irei batalhar pela
112 descentralização, o que tenho procurado fazer, porém eu me dei conta de que há muitas
113 complexidades para que se possa dar este passo. O perfil dos fluxos de apreciação de pesquisas
114 em áreas especiais deve ser primeiramente apreciado por um comitê local, para posteriormente
115 ser apreciado pelo comitê central, a CONEP, para que ela possa fazer a apreciação, dando ou
116 não o aval para a pesquisa. A CONEP já está beirando 17 mil protocolos de pesquisa desde
117 1996 até hoje, somente nas áreas temáticas especiais. Os prós e contras são, começando pelo
118 contra: a CONEP não consegue fazer outra coisa a não ser apreciar os protocolos de pesquisa, e
119 mesmo assim com muita dificuldade de agenda, de fluxo e para cumprir o cronograma, o que
120 nos impõe algumas estratégias como a informatização, a criação de plataformas, visando
121 otimizar o processo. A centralização trouxe este peso, burocratizando o fluxo de áreas
122 temáticas especiais. Na minha opinião, acho que já vencemos esta etapa e estamos prontos à
123 descentralização, principalmente por dispormos de ferramentas que permitem que as
124 informações circulem, e para a eventual necessidade de se fazer inspeção ou auditoria, temos
125 ferramentas para fazer isso. Os comitês criticam a centralidade pois eles querem total
126 autonomia. Em 2002/2003 houve a tentativa de descentralização, delegando a alguns comitês a
127 autonomia plena, e após alguns meses os próprios comitês pediram a reversão do quadro,
128 alegando que internamente às suas instituições não havia esta autonomia plena e que em alguns
129 casos o suporte de uma instituição externa garante o entendimento de algo que foi motivo de
130 confronto dentro da unidade, garantindo o entendimento a partir de um observador externo, no
131 caso a Comissão Nacional. A questão da descentralização é complexa e ela se impõe hoje.
132 Alguns passos significativos estão sendo dados nesta Direção, e o mais significativo é a criação
133 de uma plataforma de registros, o que não é uma invenção brasileira; ela é utilizada no cenário
134 internacional principalmente na área da Saúde. Pela plataforma o pesquisador faz o registro do
135 seu protocolo de pesquisa, o que já serve para direitos autorais, e ele dá o *start* de todo o
136 processo de apreciação ética, pois a plataforma é a ferramenta de comunicação entre as

137 instâncias que vão participar do processo de apreciação, como o Comitê de Ética e os relatores.
138 A ferramenta eletrônica é um grande ganho com relação à questão de fluxos e prazos. Quando
139 eu me deparei com as dificuldades da descentralização, eu me dei conta de que a transparência
140 dos processos poderia ajudar na concretização deste projeto. Até dois anos atrás os seiscentos
141 comitês trabalhavam com documentos em formato de papel, quando muito eles conseguiam
142 remeter o malote, uma ou duas vezes ao ano, com uma ideia fixa muito sintética do que eles
143 estavam fazendo. Aquilo era um arquivo morto, não uma base de dados, pois ele não nos
144 permitia rastrear o que estava sendo feito, ou seja, com este tipo de registro não é possível
145 nenhum controle. Assim, entendemos que o desenvolvimento de uma plataforma de grande
146 porte seria de grande ajuda à questão da transparência e das ferramentas de controle. Tive o
147 privilégio de coordenar o grupo de trabalho que trabalhou o conceito da plataforma, no período
148 de 2009 e 2011, depois a gestão do projeto passou para o grupo técnico da informática. A
149 Plataforma Brasil está funcionando desde janeiro do ano passado e ela esta atualmente na
150 versão 2.18, pois este é um produto que deve ser constantemente adaptado e aprimorado. O que
151 vocês veem no quadro é a lista de resoluções que se seguiram à Resolução 96, desde 1996, e
152 que tratam de temas específicos e das demandas que foram surgindo de lá para cá. Por isso, o
153 sistema tem que ser versátil, ele não pode ser engessado. Há alguns anos atrás a Câmara dos
154 Deputados propôs que a Resolução 196 fosse transformada em lei, o que eu acho ruim, pois
155 seria engessar pelo Legislativo o que deve ficar em aberto, já que o tema deve ficar em aberto e
156 ser constantemente rediscutido no seu conteúdo. Eu gostaria de destacar o que aconteceu nos
157 últimos dois anos com relação às intervenções do CNS com relação a diferentes temas, e eu
158 gostaria de ler o texto de abertura do texto original sobre o processo de revisão da Resolução
159 196 que envolveu consulta pública, ocorrida de setembro a novembro de 2011, que resultou em
160 1890 sugestões por via eletrônica e apresentação de 18 documentos pelo correio. Estas
161 contribuições devidamente tabuladas foram submetidas à análise dos participantes do ENCEP
162 (Encontro Nacional dos Comitês de Ética e Pesquisa), que aconteceu em São Paulo e teve a
163 presença de 400 comitês, no qual parte da Resolução foi discutida e votada artigo por artigo,
164 buscando maior participação na elaboração do texto que visa reformular a Resolução 196,
165 indicando o texto abaixo à submissão e revisão do Conselho Nacional, que já aprovou o texto.
166 O evento ainda evidenciou a necessidade de serem produzidas resoluções específicas para as
167 áreas de Ciências Sociais e Humanas, sem prejuízos à Resolução 196. Passarei para o texto que
168 foi aprovado. No item 3.2 é dito que todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser
169 humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrado na literatura científica, será considerado
170 como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução. Ainda no

171 dispositivo seguinte: *‘Nas pesquisas em qualquer área do conhecimento envolvendo seres*
172 *humanos...’*, por que eu destaquei isso? Quando falamos em Conselho Nacional de Saúde, ou
173 quando se fala de pesquisa clínica, fica a impressão que estamos lidando com questões que
174 envolvem Biomedicina. É verdade que toda essa movimentação começou no âmbito das
175 Ciências da Saúde, mas queremos e devemos ter sempre a preocupação de não nos restringir
176 aos modelos da área da Saúde. Quase a totalidade das pesquisas da área de Saúde é
177 quantitativa, enquanto que nas outras áreas do conhecimento se trabalha com pesquisas
178 qualitativas ou quanti-quali, o que vai alterar o processo de apreciação ou até mesmo a
179 composição do Comitê de Apreciação, que deve ter especialistas para a área qualitativa e
180 entender o seu significado e pertinência metodológica. Na minha Unidade, que temos tradição
181 na pesquisa clínica quantitativa, às vezes fica muito difícil convencer que um estudo de caso
182 possui relevância científica caso ele não tenha o tamanho de amostra previamente estabelecido.
183 A adequação do processo de apreciação deve ser considerada para que as diferentes áreas
184 possam fazer suas propostas específicas, comitês especialistas e competentes para áreas afins,
185 por isso não podemos engessar a Resolução, mas incentivar a participação pluralista. Todo
186 processo, de qualquer natureza e em qualquer área do conhecimento, tem exigências
187 apresentadas pela Resolução, e elas devem contar com a análise de todas as áreas do
188 conhecimento, o que torna importantíssimo o nosso encontro de hoje. A primeira delas é *‘a*
189 *adequação aos princípios científicos quer justifiquem com possibilidades concretas de*
190 *responder a incertezas’*. Entre outras, destaquei *‘utilizar os métodos adequados para responder*
191 *às questões estudadas, especificando-os, seja ou pesquisa qualitativa, quantitativa ou quali-*
192 *quanti’*. As novas versões da Resolução se abrem para a questão de contemplar a diversidade
193 que a ciência apresenta para nós. Na nova versão da Resolução 196 temos: *‘o respeito à*
194 *dignidade humana exige que toda a pesquisa se processe com o consentimento livre e*
195 *esclarecimento dos participantes’*. A questão do consentimento se coloca de modo claro, sobre
196 como ele deve ser feito, na pesquisa clínica. Por exemplo, para fazer uma intervenção
197 farmacológica com um voluntário que vai se submeter ao uso de um fármaco do qual ele não
198 precisa, devemos perguntar para ele se ele aceita esta condição. O processo de obtenção do
199 consentimento, e o seu desdobramento podem ser muito nítidos em algumas áreas e em outras
200 podem ser um obstáculo para o desenvolvimento da pesquisa. É importante que o processo de
201 obtenção do consentimento observe os seguintes itens: nos casos em que seja impossível obter
202 o consentimento do esclarecido, tal fato deve ser justificado. Há casos que não é impossível
203 obter o consentimento e a responsabilidade por essa decisão deve ser compartilhada com o
204 Comitê de Ética, que pode aceitar os argumentos de justificação, como quando *‘o método da*

205 *pesquisa depender de alguma restrição de informação aos participantes, o fato deverá ser*
206 *devidamente explicitado*’, o que ocorre em pesquisas, por exemplo, da área de Psicologia, pois
207 a pergunta quando previamente esclarecida, estraga a pesquisa. Existem particularidades e elas
208 devem ser previamente analisadas. Devemos ter uma atitude propositiva com relação a tudo
209 isso, no sentido de construir o processo de apreciação ética, que não deve ir no sentido da
210 intervenção e cerceamento, mas no aprofundamento da reflexão e do seu aprimoramento. Para
211 finalizar, gostaria de dizer como estão ocorrendo as mobilizações. Por um lado, existe o esforço
212 do CNS de abertura, no sentido de contemplar as questões que envolvem as áreas de Humanas
213 e Sociais. Outra mobilização, proposta pela Associação e pela ABA ao ministro de Ciência e
214 Tecnologia, é a de que se faça um novo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, *‘para que,*
215 *desta forma, as disciplinas da área deixarão de estar submetidas à Comissão Nacional de ética*
216 *em pesquisa, do Ministério da Saúde, regida por normas que tem prejudicado a pesquisa em*
217 *Ciências Sociais e humanas, por não se aplicar perfeitamente às particularidades da área*’.
218 Sobre isso, eu concordo e discordo em partes. Primeiro, fiz questão de caracterizar que quando
219 se fala em CONEP, embora hospedada no Ministério da Saúde, estamos falando em instituição
220 autônoma, ela não está a serviço do Governo. Quero agradecer a Diretoria da Unidade por
221 promover este debate.”. Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore disse: “O tema é urgente
222 para a área de Humanas. Gostaria de comentar sobre os seminários que organizamos no ano
223 passado, em setembro e outubro. Uma das coisas que mais me marcou foi a ideia de que
224 realmente é fundamental enfrentarmos a ausência de um Comitê de Ética em Pesquisa na nossa
225 unidade. Não que eu saiba como ele deva se constituir, as coisas vêm amadurecendo, pelo
226 menos na área de antropologia que é a que eu conheço melhor. O que está faltando é
227 enfrentarmos uma sistematização do que está sendo feito, pois deixar esta lacuna é inviável. Na
228 Antropologia há diversos momentos que fazemos vista grossa por não haver protocolo e não
229 utilizarmos termos de consentimento esclarecido. Haverá o momento em que não poderemos
230 mais apresentar os resultados das nossas pesquisas. Acho que na área de humanas muitas vezes
231 há a relação de tutela com os nossos interlocutores, relação ambígua e muitas vezes autoritária,
232 pois não existe esclarecimento de tudo o que pode ser feito, posição muito confortável para o
233 pesquisador. Temos que sair desta posição de comodismo. O comitê deve se submeter a outro
234 formato, diferente do que é atualmente existente. Quero me informar melhor, mas acho que a
235 AMPOS (Associação dos Médicos Pós-Graduados do Brasil) já possui uma discussão
236 amadurecida com relação a isso.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse:
237 “Tenho curiosidade de saber se o Conselho Nacional também é uma instância de recurso no
238 sistema?”. Com a palavra, o Prof. Dalton Luiz de Paula Ramos disse: “Sim. No que diz respeito

239 aos comitês locais, qualquer tipo de questão que surja, a instância superior é a Comissão
240 Nacional, situação que pode ser provocada tanto pelo comitê, pela instituição ou pelo
241 pesquisador. Não se resolvendo no âmbito da CONEP, o Conselho Nacional de Saúde é a
242 instância superior.”. Com a palavra, o Prof. João Paulo Cândia Veiga disse: “Quero fazer um
243 acréscimo ao que foi dito pela Ana Lúcia. Um dos nossos esforços na Comissão de Pesquisa
244 desde o início do ano é mapear as áreas de divergência e convergência dentro das
245 Humanidades, dentre os cursos da FFLCH. Estamos constituindo um texto, que não é sobre
246 uma posição afirmativa ou negativa sobre o que foi apresentado pelo professor Dalton. O tema
247 já tem regulação e dimensão institucional constituída. Quando tivermos algum posicionamento
248 eu volto a comunicar a Congregação.”. Com a palavra, o Prof. Dalton Luiz de Paula Ramos
249 disse: “Sem nenhum tipo de corporativismo, acho que nós, como integrantes da comunidade
250 USP, podemos estar à frente de cenários nacionais. Vejo com ótimos olhos nós podermos
251 pautar estas questões, não apenas para resolver questões internas, mas para definir modelos.
252 Um exemplo pode ser observado na guarda de materiais biológicos que foi estabelecida na
253 nossa Cidade Universitária. Saiu uma normativa genérica de como funcionariam os biobancos,
254 iniciativa perpetrada pelo Hospital Universitário (HU). Outra universidade importante do país
255 consultou Brasília para saber como lidar com este procedimento e foi aconselhada que
256 entrassem em contato com o HU, pois este possui modelo pelo qual ela poderia se espelhar.”.
257 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Quero agradecer a presença e a disponibilidade do
258 professor Dalton. Espero que avancemos nestas discussões, já que temos urgência em definí-la,
259 pois haverá o momento em que ficaremos impedidos de divulgar nos fóruns científicos os
260 resultados de investigação, como nos disse a professora Ana Lúcia. Fico satisfeito em saber que
261 as questões das Ciências Humanas estão sendo pensadas neste universo e que a comunidade
262 científica está se mobilizando no sentido de contribuir com este processo. O assunto é
263 complexo, como você nos disse, o que merece estudo aprofundado da nossa parte.”.
264 **EXPEDIENTE. 1.** Coloco em votação a ata da reunião realizada em 24/05/2012, enviada para
265 apreciação junto com a convocação para esta sessão. Após votação, as atas foram
266 **APROVADAS. 2. Comunico a criação de duas Comissões para comemoração dos 80 anos**
267 **de existência da FFLCH.** A primeira – **Comissão Acadêmica** – terá a finalidade de sugerir
268 atividades; será composta por Vice-Diretor da FFLCH, ex-Diretores, representante dos
269 Professores Eméritos, representante dos docentes aposentados, representante da Congregação
270 no Conselho Universitário (C.o) e Presidentes das Comissões. A segunda – **Comissão**
271 **Organizadora** – terá por finalidade a elaboração do programa e plano de atividades; será
272 constituída por um representante de cada Departamento, dois representantes dos Centros e

273 Núcleos de Pesquisa, de representante do corpo administrativo e de representante do corpo
274 discente. Aproveito para solicitar a indicação de um representante dos funcionários e um dos
275 estudantes. **3.** Comunico matéria enviada pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação, Prof. Dr. Vahan
276 Agopyan, publicada no site da Capes referente ao tema Revalidação de diplomas. **4.** Com a
277 palavra, o Senhor Diretor disse: “Quero fazer um esclarecimento. O Jornal da USP Livre, na
278 sua edição de 20/05/2013, publicou uma matéria dizendo que a Direção da Faculdade quer
279 câmeras e catracas na Faculdade. Eu estou estranhando esta matéria, sei que o assunto está
280 sendo discutido na Comissão de Qualidade, mas, a menos que tenha sido aprovado em CTAs
281 anteriores, este assunto não foi matéria de discussão na Diretoria, na Congregação ou no CTA.
282 Até onde sei isso não é objeto de licitação para compras de equipamentos. Eu levei um susto
283 com esta notícia, porque sequer eu fui consultado. Se tivessem dito que o professor comentou
284 que gostaria da implementação de catracas, tudo bem, eu me responsabilizo porque eu
285 realmente disse isso, mas este assunto não foi discutido e nenhuma decisão foi tomada a este
286 respeito.”. **5.** O Senhor Presidente passa a palavra aos seguintes membros: **Expediente do**
287 **Vice-Diretor:** Com a palavra, o Vice-Diretor João Roberto Gomes de Faria informou: “Queria
288 fazer um apelo aos representantes discentes da Congregação, pois na última sexta feira eu dirigi
289 uma reunião com os chefes de departamentos, presidentes de comissões de qualidade de vida e
290 representantes dos centros acadêmicos sobre o tema do excesso de barulho que tem atrapalhado
291 as aulas do noturno. Após discussão, chegamos a um acordo. As assembleias não devem se
292 estender para além das 19h30 e as festas devem ser feitas após as 23h. Porém, hoje a
293 funcionária Vânia me trouxe cartazes que anunciavam festas no prédio do meio e na História
294 que se iniciariam 20h. Peço aos representantes discentes que colaborem, não conosco, mas com
295 os outros estudantes que vêm assistir às aulas no noturno. Os alunos nos explicaram que muitas
296 festas não são convocadas por eles, mas por coletivos. Pedimos que todas as festas sejam feitas
297 com os centros acadêmicos, pois eles são institucionalizados, aí sabemos quem está
298 promovendo a festa, até porque muitas festas são realizadas por empresários da noite que vem
299 aqui e simplesmente ocupam o espaço. Dentro em breve teremos uma discussão com os centros
300 acadêmicos sobre a regulamentação das festas, aí não precisaremos mais ficar mandando os e-
301 mails que mandamos a toda hora sobre a proibição das festas. A Prefeitura tem um manual de
302 como lidar com grandes eventos, o que pode evitar situações como as constantes depredações
303 que ocorrem nos nossos prédios nos dias de grandes festas”. Com a palavra, a representante
304 discente Maria Rita Umeno Morita disse: “Fui do centro acadêmico de Filosofia durante os
305 dois últimos anos. O controle é muito complicado, pois são vários coletivos políticos que
306 existem e com as quais dividíamos espaço, no caso, o espaço verde, que também dividíamos

307 com o centro acadêmico da Sociais. Os coletivos arrecadam fundos com as festas e com a
308 venda de cerveja. Não há controle sobre as festas. Temos que nos comprometer e eu levarei o
309 comunicado ao centro acadêmico da Filosofia e das Ciências Sociais. Quando ao espaço físico
310 estudantil, eu gostaria de dizer que eles estão sendo reduzidos gradativamente ao longo dos
311 últimos tempos. O próprio espaço verde, antiga biblioteca, foi cedido para os estudantes em
312 2002. Anteriormente havia o porão que era parte do espaço verde e que hoje foi transformado
313 em espaço para a manutenção da FFLCH. Lá ocorriam festas, o que era bom, pois ficava
314 separado do resto do prédio, o que não degradava o interior do prédio e a parte superior do
315 espaço verde, que fica muito suja quando há festas lá, degradando um espaço que a princípio
316 deveria ser usado para reuniões. A redução dos espaços estudantis tem gerado estes
317 problemas.”. Com a palavra, a Profa. Giuliana Ragusa de Faria disse: “Eu acho que esta
318 situação do barulho deve ser resolvida imediatamente. Eu voltei a dar aulas ao noturno neste
319 ano e a situação anterior não era tão ruim como a atual. Até às 23h a prioridade do prédio é
320 didática. Gostaria de saber se os centros acadêmicos de História e de Letras estarão presentes
321 na próxima reunião, já que na última eles não estavam presentes, ou se eles foram encontrados
322 e se posicionaram sobre esta questão.”. Com a palavra, o Vice-Diretor João Roberto Gomes de
323 Faria disse: “Ainda não tivemos nenhum contato com eles, mas estamos procurando agendar
324 uma nova reunião convocando todos os centros acadêmicos.”. Com a palavra, a Profa. Eliza
325 Atsuko Tashiro Perez disse: “Trabalho no prédio da história/Geografia. O barulho é terrível,
326 pois o prédio reverbera muito e qualquer tumulto de 15 pessoas torna impossível de se
327 trabalhar nas salas de aula. As conversas devem ocorrer com os alunos, mas eu penso que deve
328 ser verificado um outro local para que os alunos se reúnam, pois no espaço do prédio é muito
329 complicado.”. Com a palavra, a Profa. Roberta Barni disse: “Além da questão das festas, nas
330 salas que ficam entre o prédio de Letras e o prédio do meio basta um grupo de 10 pessoas se
331 reunir que se torna impossível dar aula, mesmo com as janelas fechadas e com a voz projetada.
332 Não é só festas, mas o acúmulo de alunos e a própria arquitetura dos prédios.”. Com a palavra,
333 o Senhor Diretor disse: “Gostaria de lembrar que queremos manter o diálogo aberto com os
334 alunos e com os funcionários, para assumirmos coletivamente a responsabilidade de garantir
335 que as atividades fins, que são as atividades didáticas de ensino, pesquisa e extensão sejam
336 asseguradas no horário regular. Este é um compromisso de todos nós. A Direção deve manter o
337 diálogo aberto, por mais difícil que seja. A primeira reunião foi bem sucedida, por mais que os
338 efeitos dela ainda não tenham sido produzidos, como observamos pelo relato. É preciso que os
339 alunos se esforcem em abrir o diálogo com estes grupos, pois eles devem estar dentro deste
340 processo de responsabilidades. Queremos a regulamentação das festas, mas por hora ainda não

341 temos nada e, por isso, continuarei não autorizando as festas, pois não posso autorizar sem que
342 eu tenha como garantir, por exemplo, a integridade das pessoas e do patrimônio, já que se caso
343 aconteça alguma coisa a Direção é que assume a responsabilidade. Há experiências de
344 regulamentação de festas aqui dentro da USP, a mais conhecida é a da POLI e existe a
345 regulamentação feita pela Prefeitura. Porém, isso implica em acordos e no seu cumprimento.”.

346 **Expediente da Comissão de Pós-Graduação:** Com a palavra, o Prof. Marcelo Candido da
347 Silva, Presidente da CPG, informou: “O primeiro item é sobre o novo regimento. Esta semana
348 começaram as oficinas sobre ele, com o objetivo de esclarecer as dúvidas da comunidade
349 acerca do novo regimento. Depois, a ideia é ampliar estas discussões ao conjunto da
350 comunidade, facilitando o processo de adequação regimental. O novo regimento foi publicado
351 no dia 20 de abril e as CCPs têm até 29 de julho para adequar os seus regulamentos. Tivemos a
352 primeira reunião da CPG em que discutimos as adequações. Quem não reformular o
353 regulamento dentro do prazo de 90 dias não poderá receber novos alunos dos processos
354 seletivos. Gostaria de agradecer o apoio da Congregação ao projeto PROFLETRAS que já foi
355 aprovado. Recebi a notícia de que o projeto recebeu 546 inscritos para as 20 vagas que a USP
356 abriu, sucesso absoluto de público, o que mostra que há demanda muito grande. Graças a este
357 projeto a nossa unidade começa a contribuir de modo decisivo para o diálogo com a sociedade,
358 projeto gratuito direcionado especificamente para professores da rede pública em exercício e
359 que é oferecido por várias universidades públicas. Teremos no dia 18 de junho, organizada pela
360 CPG, mesa redonda sobre o plágio na Universidade, e ela contará com a presença da professora
361 Eunice Ostrensky do Departamento de Ciência Política e da professora Isília Aparecida Silva
362 da Ouvidoria Geral da USP, que é quem tem nos encaminhado os processos de plágio, com
363 média de dois ou três trabalhos por semestre, número que tende a aumentar. Por último, sobre
364 reconhecimento de títulos, tínhamos muitos processos atrasados na nossa unidade, mas graças
365 aos esforços do professor Sérgio, conjuntamente com a CPG, estamos conseguindo colocá-los
366 em dia, cobrando os respectivos departamentos. A informatização do sistema ajudará o quadro,
367 que começará com o processo de reconhecimento de equivalência, mas o maior ganho será
368 sabermos onde o processo se encontra, já que hoje em dia isso é muito complicado de se
369 fazer.”. **Expediente da Comissão de Graduação (CG):** Com a palavra, o Prof. Eduardo
370 Brandão, Presidente da CG, informou: “Sobre a questão dos projetos pedagógicos, a reitoria
371 informou que irá trazer alguém do Conselho Estadual de Educação para discussão,
372 conjuntamente com a professora Sonia Penin e indicou que o projeto pedagógico deve ser
373 disponibilizado nas páginas das faculdades. A CG estendeu o prazo do Pro-Lab e do Pro-Info
374 até 28 de maio. A CG elogia a criação da comissão Pro-Ed, iniciativa que talvez seja

375 interessante para outros programas. No CoG de abril foi cobrada da nossa unidade a
376 participação no programa Embaixadores da USP, proposta da reitoria que visa à questão da
377 inclusão e que tem relação com o PIMESP.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Gostaria
378 de lembrar que eu recebi ontem o documento consolidando a proposta da Pró-Reitoria de
379 Graduação a respeito da implantação do PIMESP, e que temos prazo de até 17 de junho para
380 responder, o que significa que teremos reunião extraordinária da Congregação especificamente
381 para tratar deste assunto.”. **Expediente da bancada dos funcionários não docentes:** Com a
382 palavra, a funcionária Marlene Petros Angelides informou: “Sobre a questão do boato da
383 implementação de catracas e câmaras, o Diretor disse que esta questão não está definida em
384 nenhuma instância de discussão ou deliberação. Eu gostaria de pedir que antes de qualquer
385 decisão sobre isso, que a questão seja debatida amplamente por alunos, professores e
386 funcionários, não se restringindo a estas instâncias. Na FEA, quando houve a implementação
387 das catracas, o assunto foi amplamente debatido com as três categorias.”. Com a palavra, o
388 Senhor Diretor disse: “Pegando a ponte do assunto, eu estou muito preocupado com o aumento
389 dos furtos a equipamentos, principalmente no prédio de História e Geografia. Somos obrigados
390 a fazer sindicâncias, por força de lei, mas como não temos instrumentos para fazer apuração,
391 elas acabam sendo apenas cumprimentos formais de legalidade. Quero pedir o empenho de
392 vocês para que possamos evitar estes acontecimentos que têm ocorrido com maior constância.”.
393 **Expediente da bancada discente:** Com a palavra, a representante discente Maria Rita Umeno
394 Morita informou: “Na semana retrasada a reitoria baixou uma portaria que institui a Comissão
395 da Verdade na USP, informe recebido por todos via e-mail institucional. Quando recebi o e-
396 mail, eu pedi para que a assistência acadêmica replicasse uma nota feita pelo fórum aberto pela
397 democratização da USP que se posicionou contrariamente à portaria baixada pelo reitor. Por
398 que? Sinteticamente, ao longo do ano de 2012 foi feita uma campanha por este fórum de
399 instalação de uma Comissão da Verdade na USP. O fórum agrega diversos grupos da
400 universidade, como a ADUSP, SINTUSP, DCE, PG, Centros acadêmicos e outros. Além de
401 debates, colhemos assinaturas para a criação de uma comissão paritária, composta pelas três
402 categorias, com membros escolhidos pelas próprias categorias. Protocolamos o pedido na
403 reitoria com as assinaturas colhidas e com o apoio das comissões da verdade nacional e
404 estadual. A reitoria se comprometeu em negociar a criação da Comissão da Verdade com o
405 fórum, e ela elegeu uma Comissão de Negociação composta pelo secretário geral Rubens
406 Beçak, pelo chefe de gabinete Alberto Carlos Amadio e pelo superintendente de Relações
407 Institucionais Wanderley Messias da Costa. Negociamos por cerca de quatro meses e eles se
408 comprometeram em esperar pela eleição dos membros de cada categoria. Estávamos

409 negociando os termos para a aprovação da comissão com a proposta da composição de
410 membros pelo Conselho Universitário (C.o), que também deveria eleger membros para compor
411 a comissão. Porém, na última reunião que tivemos com esta Comissão de Negociação, eles nos
412 entregaram esta portaria que já definia a escolha de membros por critérios internos e o modo de
413 funcionamento por critérios internos, sendo que ela seria publicada no dia seguinte no diário
414 oficial. Levamos um susto, pois foi um rompimento com todas as negociações que estavam
415 sendo feitas. Os membros da comissão já foram escolhidos. Convocamos um ato e os
416 convidados serão aqueles que seriam os membros da comissão segundo a negociação que
417 estava em curso. Ele ocorrerá hoje no auditório da Geografia. Gostaria de reforçar o pedido
418 para que a assistência acadêmica divulgasse a nota escrita pelo fórum aberto pela
419 democratização da USP em resposta à portaria baixada pelo reitor, caso isso seja possível.”.
420 Após votação, a Congregação **APROVOU** o pedido de envio da resposta feita pelo fórum
421 aberto pela democratização da USP via e-mail institucional. **Expediente dos demais**
422 **membros do colegiado:** Com a palavra, a Profa. Giuliana Ragusa de Faria disse: “O professor
423 Marcelo falou da questão do plágio na pós graduação, mas nós que lidamos com a graduação
424 sabemos que aqui o problema já acontece. Gostaria de saber se a CG pensou algo que possa ser
425 feito sobre o plágio no nível da graduação?”. Com a palavra, o Prof. Eduardo Brandão disse:
426 “Podemos colocar isso na pauta da CG e seria bom se você pudesse mandar um e-mail para
427 nós, para que organizemos a discussão.”. Com a palavra, o Prof. Marcelo Candido da Silva
428 disse: “A diretora do SIBi fez uma pesquisa sobre a percepção do plágio entre alunos da
429 graduação a partir de 3.000 entrevistas. Ela apresentou o resultado há alguns meses e acho que
430 seria interessante entrar em contato com ela. Uma das coisas que me chamou a atenção no
431 trabalho é que a maioria dos alunos diz que copia porque não tem tempo para fazer o trabalho;
432 a segunda resposta mais recorrente é que como o material está na internet, ele pode ser copiado,
433 pois é domínio público.”. Com a palavra, a Profa. Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmelo
434 Santoro disse: “O Departamento de Letras Modernas tem organizado plenárias semestrais e o
435 tema nos últimos encontros tem sido a questão do plágio e da autoria. A experiência que
436 tivemos poderia se tornar um material para discussões.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo
437 Fanjul disse: “Nós do Departamento de Letras Modernas iniciamos uma disciplina na pós
438 graduação sobre construção de autorias, não é sobre o plágio especificamente, mas sobre a
439 questão da utilização de fontes e sobre o seu uso indevido.”. Com a palavra, o Senhor Diretor
440 disse: “A comissão organizadora dos 80 anos da FFLCH solicitou a indicação de membros
441 junto aos chefes de departamentos. Foi solicitada a indicação de dois representantes dos centros
442 e dos núcleos de pesquisa, que devem se reunir e indicar dois membros, um representante do

443 corpo administrativo, e um representante discente da graduação e outro da pós-graduação.
444 Quão antes eu receber as indicações, poderemos marcar a reunião com maior antecedência.
445 Faremos uma Congregação extraordinária para discussão sobre o PIMESP. Eu recebi o
446 documento, que é longo, e logo o enviarei para que ele possa ser discutido pelos departamentos.
447 O item 3.5 da ordem do dia será retirado da pauta, pois o professor Ricardo Augusto Felício
448 mandou um documento para a diretoria questionando a composição da banca e fazendo
449 sugestões. O documento irá para o Departamento de Geografia para análise, e em seguida
450 voltará para a pauta na próxima Congregação”. **PARTE II - Debate do Tema: *ESTRUTURA***
451 ***DE PODER NA UNIVERSIDADE*, 4º ITEM – ELEIÇÃO PARA REITOR – Profa. Dra.**
452 **Elisabetta Santoro (relatora) e Profs. Drs. Cícero Resende Romão de Araújo e Francisco**
453 **Miraglia – IME-USP (debatedores) – às 16 horas.** Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro
454 disse: “Foi decidido que o tema da eleição para reitor seria discutido na Congregação de
455 fevereiro, quando aprovamos uma comissão que prepararia o debate, comissão de difícil
456 constituição e que acabou sendo constituída apenas por mim, representando os docentes, pela
457 Marlene, representando os funcionários, a Maria, representando os alunos da graduação, e a
458 Fernanda, representando os alunos da pós-graduação. Além de prepararmos o material que foi
459 enviado por e-mail para vocês, no qual tentamos fazer um apanhado geral do que tem
460 acontecido na USP e nas outras universidades públicas paulistas, assim como em outras
461 universidades, colocamos algumas informações sobre a Constituição Federal e a LDB, assunto
462 que possui relação com este tema, e também falamos sobre o substitutivo aprovado em
463 02/04/2013 pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, projeto que está em tramitação no
464 Senado, que fala especificamente da eleição direta dos dirigentes nas universidades públicas.
465 Agradeço a presença dos debatedores. Como temos pouco tempo, irei abdicar da minha função
466 de relatora e apenas encaminharei o debate.”. Com a palavra, o Prof. Francisco Miraglia disse:
467 “Consideramos que democracia e autonomia são fatores fundamentais para fazer prosperar o
468 trabalho intelectual que seja formador, crítico e que seja produtivo em sentido amplo, avesso ao
469 princípio de autoridade e que produza emancipações, isto é, explicações que tornem
470 compreensíveis as nossas experiências sociais, históricas, científicas e etc. Essa é a natureza do
471 nosso trabalho e deveria ser a da nossa instituição, perspectiva pela qual olhamos para a
472 questão da democracia. É importante disponibilizar as decisões políticas centrais para aqueles
473 que estão envolvidos com o trabalho, os dirigentes são coordenadores das diretrizes políticas,
474 mas eles não são determinantes das diretrizes políticas. Nossa situação é bem diferente disso. A
475 intensidade do trabalho aumentou, mas a capacidade de fazer este trabalho se tornar algo
476 concreto diminuiu muito porque o executivo se tornou muito poderoso, o que não acontece

477 apenas nas universidades, mas vem acontecendo no sistema republicano de governo, crise deste
478 sistema. Sobre este ponto de vista, não devemos considerar que democracia é apenas eleição de
479 dirigente, pois há um grande trabalho a ser feito para tornarmos o trabalho intelectual
480 humanizado, tornando-o consistente diante das relações sociais e de trabalho no interior da
481 universidade. Vou tentar explicitar as diferentes propostas que existem sobre a eleição geral de
482 dirigentes, o que elas efetivamente significam. Está tramitando no Congresso Nacional o
483 seguinte texto, paragrafo terceiro da proposta da LDB: *‘o reitor e o vice-reitor e os diretores*
484 *das Instituições Públicas de Educação Superior serão escolhidos mediante processo eleitoral*
485 *direto, com a participação de todos os docentes, discentes e servidores técnico-*
486 *administrativos, nos termos dispostos em seus Estatutos e regimentos.’*, ou seja, a universidade
487 vai decidir como se faz, mas vai ter que ter a votação direta das três categorias para a eleição
488 dos diretores. É interessante registrar aqui que a USP não tem o hábito de acatar a lei ou a
489 constituição, o CO votou que a constituição vale aqui e no Vaticano. Se o projeto for aprovado
490 no Congresso Nacional, desaparecerá o colegião, aquele que faz a lista dos oito nomes, o
491 coleginho, aquele que faz a lista com três nomes, e a lista tríplice, aquela que é encaminhada
492 para o governador, pois o texto diz que *‘a indicação de reitor, vice-reitor e diretor de*
493 *instituição pública termina no interior da instituição’*. No slide que eu trouxe para vocês,
494 lemos *‘Vozes proporcionais de eleição. Consulta com participação de toda comunidade*
495 *universitária.’* Trabalharemos com os seguintes números na comunidade universitária: 6 mil
496 docentes, 60 mil alunos de graduação, 30 mil alunos de pós-graduação e 15 mil funcionários. O
497 número dos professores está superestimado e o número de alunos de graduação está
498 subestimado. O que é paridade? Este termo surgiu nas grandes lutas por autonomia e
499 democratização da universidade em Córdoba, na Argentina, e significa que cada categoria da
500 universidade possui o mesmo número de votos paritário, o que não tem relação com o peso
501 individual do voto. Entramos em outra questão, quantas categorias temos na universidade? As
502 alternativas são: docentes, funcionários, alunos da graduação e alunos da pós-graduação; ou
503 docentes, funcionários e alunos (todos). O que acontece com cada caso? Na paridade com
504 quatro categorias deverá ter distribuição de sessenta mil votos para cada categoria, já que a
505 categoria maior, a de alunos de graduação, possui este número, ou seja, cada categoria
506 representará 60 mil votos, o que significa que nas categorias que possuem menor número de
507 integrantes, o peso dos votos individuais será maior. Exemplo: os professores, que são 6 mil,
508 terão peso 10 por voto individual, já que 60 mil dividido por 6 mil vai ser igual a 10, o que
509 significa que o voto docente vale 10 vezes mais que o voto estudante. Na paridade clássica, na
510 qual os estudantes de graduação e pós formam apenas uma categoria, muda o número de base

511 para 90 mil, 60 mil da graduação e 30 mil da pós-graduação, alterando o peso do voto, que
512 neste caso aumentará para os docentes e funcionário, respectivamente 15 e 6 vezes mais do que
513 o voto dos estudantes. Há outros métodos. O método da UNICAMP é o famoso 60+20+20, no
514 qual a consulta universitária faz parte do Estatuto, segundo esta distribuição perante as
515 categorias, respectivamente, professores, alunos e funcionários. Existe outra distribuição, que é
516 o 70+15+15, com menor peso para alunos e funcionários do que o método anterior. Qual é a
517 proposta da assembleia da Adusp? Queremos incorporar ao Estatuto da USP a realização de
518 uma consulta de caráter paritário, com a participação das três categorias, mas não foi discutido
519 se será a divisão de quatro ou a paridade clássica. O vencedor da consulta constará na lista
520 tríplice, com o mesmo colégio eleitoral vigente, CO mais Conselhos Centrais, e o atual colégio
521 que elege a lista óctuple deixa de existir, pois ela é substituída pela consulta. Poderão
522 candidatar-se os professores titulares da ativa em RDIDP. O que está sendo trocado? Não é
523 eleição, é consulta. A proposta está sendo encaminhada aos membros do CO e acreditamos que
524 ela seja discutida pelas congregações. Há a intenção de que se obtenha a assinatura de pelo
525 menos 32 membros do CO para que a proposta conste na pauta da próxima reunião, pois se não
526 for assim ela não valerá para a próxima escolha de reitor.”. Com a palavra, a Profa. Elisabetta
527 Santoro disse: “Estas informações que o Francisco nos mostra são fundamentais para que
528 possamos visualizar as diferentes propostas segundo o que elas significam, a partir do
529 esclarecimento dos números que elas nos colocam. Passo a palavra ao professor Cícero.”. Com
530 a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Agradeço o convite para participar
531 do debate, apesar de ficar um pouco constrangido, já que no ano passado eu participei do
532 debate que tivemos aqui sobre o mesmo tema, ao lado do professor Renato Janine Ribeiro.
533 Corro o risco de me repetir. Eu quero começar comentando a fala o professor Mirágliã que
534 dizia que devíamos pensar sobre a eleição para reitor desvinculando-a da questão da
535 democratização da estrutura de poder da universidade. O nosso desafio é tentar entender como
536 a questão da eleição para reitor está vinculada a uma certa concepção sobre a democratização
537 da estrutura de poder. Apresentar isoladamente a proposta de eleição para reitor nos faz perder
538 força persuasiva, ainda mais sabendo como é a estrutura de poder da USP. Temos que vincular
539 a questão da eleição para reitor a um diagnóstico mais amplo, explicitando a análise do
540 processo que nós observamos. A eleição de reitor desencadeia o quê? Para que direção? Temos
541 que responder a estas questões. Para mim não ficou claro como determinadas formas de eleição
542 para reitor, ou qualquer outro cargo executivo, são ou não é democráticas. Sabemos que em
543 muitos países aqueles que ocupam cargos executivos não o ocupam a partir de eleições diretas,
544 nem por isso dizemos que a eleição direta para o executivo é mais democrática do que a outra.

545 Temos que ter um argumento específico se quisermos dizer que na universidade a eleição direta
546 para reitor é mais democrática do que qualquer outra alternativa. Para mim isso por si só não é
547 óbvio. Tivemos no Brasil uma luta pela democratização que passou pela questão da eleição
548 direta do executivo. Aí vem a segunda questão: qual é a relação entre a democratização de um
549 país, comunidade política em sentido estrito, e a democratização da universidade? As questões
550 são iguais? As duas coisas devem possuir continuidade lisa? Se não for igual, quais são as
551 diferenças? Temos que ter estas questões respondidas, pois senão cairemos no terreno das
552 implicações aparentemente óbvias, mas que no fundo não são. Na minha opinião, comunidade
553 política e universidade possuem arranjos institucionais completamente diferentes, pois esta não
554 é uma entidade soberana como aquela é. Falar de autonomia da universidade, segundo as suas
555 finalidades específicas, não pode ser confundido com soberania de Estado, comunidade política
556 no sentido estrito. A universidade não é território liberado, ela não tem que afirmar sua
557 existência perante outras potências rivais que se encontram ao seu redor. A universidade não é
558 cidade Estado, como foram a Pólis atenienses e as repúblicas italianas. O atributo de soberania
559 está fora de questão. Soberania quer dizer, entre outras coisas, o direito de declarar guerra a
560 outras entidades parecidas, fontes de recursos de tributação próprias, pois a afirmação de
561 autonomia quer dizer que não há a necessidade de se prestar contas para ninguém, já que se é
562 soberano, ou seja, o dinheiro que gastamos, nós arrecadamos. A universidade existe porque
563 uma entidade soberana quer que ela exista, segundo propósitos fundamentais: docência,
564 pesquisa, produção e difusão de conhecimento. Comunidade política não se define por um
565 propósito específico, ela é uma entidade que existe e se justifica porque existe para todos os
566 propósitos. A universidade, neste sentido, está subordinada a uma entidade soberana, fator
567 importantíssimo que deve estar esclarecido. Temos que ter uma discussão muito particular a
568 respeito de como a eleição e a ocupação de cargos se relacionam com a entidade a qual ela está
569 subordinada e que a sustenta. Sobre a forma de eleição, eu não ouvi nenhuma proposta que não
570 movesse alguma equação que relacione diferentes setores da universidade, pois estes grupos
571 devem ter peso x ou y na decisão do processo decisório, já que eles possuem funções diferentes
572 para o funcionamento da universidade. Isso marca uma diferença profunda entre eleições e
573 democracia nas comunidades políticas. Mesmo a proposta de eleição paritária reconhece a
574 distribuição de hierarquia e função dentro da universidade, estudante é estudante e deve
575 participar da vida universitária como estudante, assim como docentes e funcionários. Quando
576 falamos de cidadania democrática nas comunidades políticas, dizemos o seguinte: é democracia
577 porque a divisão social e o trabalho não devem ser refletidas no direito político da cidadania.
578 Todos possuem direitos iguais, não importando se é operário, empresário, estudante ou

579 professor. Todas as propostas que eu vi até agora falam que aqui é diferente, pois estudante não
580 é igual a professor, as diferenças funcionais de papel importam. A questão é saber qual é a
581 proporção que deve ser dada, levando em consideração esta diferença funcional. Aqui o
582 indivíduo não é igual ao outro indivíduo, senão estaríamos considerando que cidadania aqui é
583 igual a cidadania no Estado. A questão é: qual a relação entre poder e responsabilidade? Se
584 aceitarmos a diferenciação funcional, temos que nos colocar essa pergunta. Quando falamos de
585 eleição para cargos dirigentes, temos que levar em conta que há uma tradição que vem do
586 processo de democratização dos países nas quais cada vez mais se retira a diferença entre o
587 eleitor e aquele que deve ser eleito, pois quem tem direito de votar também tem direito de
588 ocupar cargos executivos, independentemente de qual é o seu trabalho. Quem é cidadão com
589 direitos políticos plenos tem direito a votar e a ser votado. Ainda não ouvi nenhuma proposta
590 que não colocasse apenas os professores como possíveis candidatos à Direção da universidade.
591 Por que é que tem que ser professor? Qual é o argumento? Quando abrimos a discussão sobre
592 democratização, temos que abrir a caixa preta. Colocamo-nos intuitivamente a partir da
593 diferença de responsabilidade para a distribuição de poder político. Como vamos discutir
594 eleição para reitor sem primeiro discutir sobre esta questão? Porque, caso contrário, não nos
595 esclareceremos sobre o que é que está em jogo aqui. Por último, temos que discutir a
596 distribuição de poder com relação à forma de eleição dos cargos executivos, mas não podemos
597 nos esquecer dos colegiados. Na década de 80, quando a UNICAMP introduziu a consulta para
598 reitor, eu participei como representante estudantil. Naquela época a UNE organizou uma greve,
599 que era composta por um terço de estudantes, um terço de professores e um terço de ex-alunos.
600 A PLS, projeto de lei do Senado, que foi substituída na câmara e que está sendo atualmente
601 votada, foi originada por um Senador do DEM chamado José Jorge, e ela propõe que um terço
602 das cadeiras do colegiado seja preenchido por representantes da sociedade. Qual é a relação
603 entre a distribuição do poder dentro dos colegiados e a distribuição do poder na participação da
604 eleição para reitor? Quando fui representante estudantil, me colocaram esta argumentação: se
605 houver um terço na eleição para reitor, é preciso que haja consistência e os colegiados também
606 precisarão ter um terço, um terço e um terço. Os professores favoráveis à consulta
607 questionaram a falta de proporcionalidade no que diz respeito à responsabilidade, aí a proposta
608 foi alterada para um quinto aos estudantes e funcionários e três quintos aos professores. Assim,
609 a proposta foi à consulta com consistência. Quando defendemos eleição paritária para reitor, é
610 preciso que haja isso ou não? Não podemos esquecer este ponto. Discutir eleição para reitor
611 sem antes discutir a estrutura de poder dos colegiados pode ser um tiro no pé. Todas as
612 questões que eu estou colocando têm relação com a conexão entre a concepção de democracia

613 na universidade e o problema da forma de eleição para reitor.”. Com a palavra, a Profa. Zilda
614 Márcia Gricoli Iokoi disse: “Desejo fazer três observações. Quando nós falamos de
615 democratização do país e da universidade, há problemas comuns entre estas duas esferas de
616 democratização. A primeira é o problema do sistema de representação, no qual representante,
617 representado e representação não possuem conexão em si, dificultando a reflexão sobre a
618 legitimidade. A segunda coisa é que as formas pelas quais a atual política se estrutura estão
619 viciadas, pois, falando da república, eleição com voto universal e que não há diferenciação de
620 eleitores, há cortes, já que ela agrega a possibilidade de poder para certos grupos. O poder está
621 no dinheiro, na forma de representação e de articulação, e a responsabilidade não é distribuída
622 de maneira equânime. Quando pensamos na universidade, vivemos um dilema desta natureza,
623 já que a responsabilidade não é partilhada igualmente perante os setores que a compõem. No
624 momento da crise política, duas coisas devem andar juntas. Acho que a proposta do Chico é
625 interessante, mas ela é conservadora no que diz respeito à ausência de uma inserção mais ampla
626 da nossa parte na estrutura de poder. Acho que essa posição conservadora será difícil de
627 levarmos adiante, pois estamos estabelecendo diferenciações entre a república e a universidade,
628 entre responsabilidades, e entre o lugar de cada uma das categorias no *constructo* da
629 universidade. Estamos dizendo que nem todos os professores estão responsabilizados pela vida
630 da produção da universidade, pois cada vez mais há professores desencantados que fazem o seu
631 próprio caminho ou que vivem segundo o princípio do ‘*produza ou morra*’. Do outro lado, os
632 nossos estudantes não veem a universidade como um lugar para se inserir profissionalmente,
633 eles sabem que não estarão aqui no futuro. São dois movimentos complexos que podem
634 mostrar como o *constructo* político pode se organizar na perspectiva de que eu-cidadão ou eu-
635 membro da universidade terei condições de jogar todo o meu esforço nesta direção. Estamos
636 em um momento político de desgaste das instituições políticas e a universidade compõe valores
637 que vão para o público, porém era dele que deveriam vir os valores. O Estado arrecada mais do
638 que deveria, pois a corrupção é grande e leva um monte de dinheiro. Temos que fazer a
639 discussão de qualidade das instituições, e não apenas discutir teorias e princípios. Acho estes
640 dilemas de maior importância.”. Com a palavra, o Prof. Sérgio França Adorno de Abreu disse:
641 “Quero propor uma questão que sempre aparece nas discussões dos corredores e das antessalas
642 do CO. Há uma insatisfação com relação ao modelo atual de eleição para reitor, as negociações
643 que sucedem às votações criam muito mais insatisfação do que resolvem alguma coisa. Porém,
644 também há muita resistência com relação à posição oposta de eleição livre e direta. O
645 argumento utilizado é de que o nosso espaço institucional está inscrito, gostemos ou não, em
646 cima do princípio do mérito, no que concerne à produção de conhecimento, à atividades de

647 ensino, extensão e inserção da universidade dentro da sociedade. Definir o que é mérito é uma
648 questão polêmica, pois é a partir dela que se estabelece a meritocracia, ou seja, hierarquização
649 das funções internas a partir de critérios rígidos, estabelecidos consensualmente. O problema é
650 que quando se fala em mérito dentro da universidade, deve-se escolher dentre os melhores, o
651 melhor, e quando se diz isso, não falamos apenas no melhor do ponto de vistas acadêmico-
652 científico, mas também na sua competência política e de gestão acadêmico-administrativa, no
653 sentido de integrar o maior número de vozes e de perspectivas, pluralismo e respeito às
654 divergências. Quero perguntar como podemos conciliar o corpo qualificado de eleitores e a
655 expectativa de decidir bem, conforme o velho axioma aristotélico que decidir é decidir bem?
656 Como fazer esta operação que concilia a ampla base de eleitores, pluralismo de vozes,
657 garantindo, ao mesmo tempo, que este corpo de eleitores, na sua faculdade de eleger, vai eleger
658 o melhor entre os melhores?”. Com a palavra, a representante discente Maria Rita Umeno
659 Morita disse: “Eu não tenho clareza sobre o significado do termo ‘autonomia universitária’.
660 Quando estávamos discutindo o que seria colocado neste material, demos uma olhada no trecho
661 do texto da LDB sobre a eleição para reitor. Cito: ‘*As instituições públicas de educação*
662 *superior devem obedecer ao princípio de gestão democrática*’. Isso é a lei brasileira que está na
663 Constituição. Não sei até que ponto a autonomia universitária pode ser usada como argumento
664 para não seguir o artigo 56 da LDB. Na época do acordo da reitoria com a PM eu ouvi sobre o
665 argumento da autonomia universitária, inclusive do corpo estudantil, que por estarmos em uma
666 autocracia, universidade autônoma, não deveríamos nos sujeitar à PM dentro do território do
667 campus, independentemente da sua atuação fora do campus. Queria ressaltar o pouco cuidado
668 que se tem quando se pensa na autonomia universitária.”. Com a palavra, o estudante Gabriel
669 Luis Scheffer Regensteiner disse: “Queria pegar o que foi falado aqui sobre a lei e tentar refletir
670 o que os debates dos estudantes têm apontado. Foi falado que a lei estabelece a gestão
671 democrática da universidade, seja lá o que isso significa. Independentemente da concepção de
672 democracia que iremos usar, ela pressupõe a soberania da maioria, ou no mínimo o poder da
673 maioria em influenciar os rumos daquilo que afeta diretamente as vidas das pessoas. Quando
674 falamos em democracia universitária, falamos no direito daqueles que compõem esta
675 comunidade em decidir os rumos da universidade, já que eles são afetados diretamente pelos
676 rumos que ela vai tomar. Faço este comentário porque na categoria dos estudantes o atual reitor
677 e os meios pelos quais ele foi escolhido causaram muita polêmica, pois apenas uma pequena
678 parcela da comunidade universitária participou da escolha, o que atribui pouca legitimidade à
679 figura do reitor, dificultando a relação com as pessoas com quem ele terá que lidar durante a
680 sua gestão. Quando houve a reunião do atual reitor, sabe-se que ele não era o primeiro da lista

681 tríplice, e mesmo a existência desta lista está bem longe de ser consensual, pois quase todas as
682 propostas que estão em questão pretendem suprimi-la. No último Congresso dos estudantes
683 houve uma série de propostas de como deveriam ser as formas de eleição, e era unânime que a
684 atual forma não representa satisfatoriamente a categoria dos estudantes. Nele, estudantes,
685 funcionários e professores não titulares possuem apenas uma pequena parcela do peso dos
686 votos para a escolha do reitor. Houve diversas propostas, inclusive uma que não foi citada aqui,
687 que é uma cabeça, um voto, o que significaria soberania estudantil, apesar de não ter sido esta a
688 proposta que foi escolhida no congresso, a que ganhou foi a da paridade, na qual cada categoria
689 tem direito a um terço dos votos. Aqui, cada estudante ainda possui peso menor do que os
690 indivíduos das outras categorias. A atual estrutura de poder faz com que as decisões tomadas
691 não contemplem grande parte da comunidade universitária, o que gera conflitos, como os que
692 frequentemente ocorreram na última gestão da reitoria. Gostaria que os debatedores
693 comentassem sobre como a universidade é um lugar de disputa de interesses, o que faz com que
694 a estrutura de poder seja mantida e reproduzida.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão
695 Resende de Araújo disse: “Eu senti que as perguntas tocam muitas vezes na instituição USP, da
696 qual eu pouco falei. Falo do ponto de vista de quem atua na estrutura oficial da universidade,
697 pela Congregação, o que torna o meu ponto de vista diferente de quem não ocupa este lugar. Há
698 ingredientes que me escapam. O problema fundamental da estrutura de poder da USP é a sua
699 enorme opacidade, problema da publicidade das decisões que é central para a questão da
700 estrutura de poder. Falar da democratização da universidade, principalmente no caso da USP,
701 deve passar pela questão da abertura desta estrutura, o que nos permitirá pensar sobre as formas
702 de eleição das direções. A opacidade se intensifica pelo fato da estrutura de poder ser
703 extremamente concentrada e centralizada. Peguei algumas informações estatísticas da USP e
704 observei que a população total da USP é de 118 mil pessoas, das quais 93 mil são estudantes,
705 5,8 mil são professores e 16 mil são funcionários. A FFLCH, maior unidade acadêmica da
706 USP, tem um pouco mais de 400 professores, 14 mil estudantes e, para minha surpresa, 370
707 funcionários. Temos três vezes mais funcionários do que professores, em toda a USP, mas a
708 maior unidade de ensino acadêmico a FFLCH tem menos funcionários do que docentes. Se
709 fizermos o cálculo, provavelmente, veremos que há concentração em outros lugares. Temos
710 uma reunião de recursos burocrático-administrativos que está no centro da universidade e que é
711 impressionante. A unidade maior de atividade fim tem essa relação, que é a FFLCH; isso nos
712 mostra que a concentração de atividades meio, burocracia, é impressionante. O orçamento da
713 USP é de 4.600 bilhões de reais para uma população de 118 mil pessoas. Campinas, terceiro ou
714 segundo orçamento de cidade do Estado de São Paulo, tem o orçamento de 3.500 bilhões para

715 uma população maior que 1 milhão. A Zilda falou do poder do dinheiro. Como podemos pensar
716 na estrutura de poder quando temos esta quantidade de recursos? A parcela de 1 bilhão dos
717 recursos está concentrada nos órgãos centrais da Universidade. Estamos falando da
718 concentração de recursos, porém, a concentração de poder institucional vai além disso. É o
719 Reitor que vai decidir a distribuição de recursos para obras, o que não está discriminado na
720 distribuição dos recursos que eu trouxe. O poder institucional está refletido no seguinte: nem o
721 Estatuto nem o Regimento Geral da USP regulamentam a figura jurídica da portaria do reitor,
722 que determina desde coisas simples, como o deslocamento de funcionários, como coisas muito
723 importantes, como quem serão os membros da Comissão da Verdade da USP. Há relação entre
724 as portarias e a capacidade de induzir a ação de outros atores. O número de portarias em anos
725 que não é o da eleição é X. Na década de 90 chegava a um pouco mais de 100, e começa a
726 aumentar na era dos anos 2000 e nesta gestão estourou Na época da Sueli as portarias
727 continuavam na faixa das 100 por ano, nesta gestão elas já chegaram a quase 600 por ano. No
728 ano eleitoral, há aumento de portarias. As portarias não são definidas nem por Estatuto, nem
729 por Regimento Geral. Temos que pensar em um processo de democratização que toque nas
730 questões da descentralização e da desconcentração, pois no atual quadro não haverá grandes
731 alterações. Como membro da Congregação, acredito que devemos ter um discurso a respeito do
732 que significa a democratização da universidade, assim como expor o nosso diagnóstico sobre o
733 problema da opacidade do poder, para podermos propor um programa de democratização que
734 proponha abrir esta caixa preta, o que, na minha opinião, seria um discurso consistente de uma
735 instituição que possui a marca de conseguir discutir mais densamente. Precisamos expor o que
736 está em jogo quando falamos em democratização da Universidade.”. Com a palavra, o Prof.
737 Francisco Miraglia disse: “Eu abri a minha fala dizendo que a democratização da universidade
738 e a mobilização das relações sociais são um processo muito mais complexo, difícil e importante
739 do que a eleição para dirigente. Por outro lado eu não quero dizer que a eleição para dirigente
740 não tem importância. São coisas diferentes. Cícero, o Vaticano é aqui, hoje. Numa reunião de
741 negociação com os reitores nós pedimos esta transparência, reivindicação histórica dos
742 movimentos universitários, como na proposta em que a sociedade civil deve possuir um terço
743 das cadeiras dos COs. A reivindicação de transparência é histórica. As portarias têm o mesmo
744 papel que as medidas provisórias, mas pelo menos estas precisam passar pelo Congresso e elas
745 estão na Constituição, o que não acontece com as portarias. A autonomia da universidade é a
746 capacidade necessária, devido à natureza do nosso trabalho, de administrar recursos oriundos
747 do Estado, que é autonomia financeira, assim como autonomia didática e de administração de
748 pessoal, mas nós não estamos separados do Estado. Porém, nós não respeitamos a LDB e nem a

749 Constituição Nacional, e não acontece nada conosco. Estamos lidando com uma situação em
750 que a proposta é de ação política, pois precisamos enfrentar uma situação concreta que se
751 impõe para nós. Não estamos preocupados em fazer eleição, estamos preocupados em fazer
752 consulta. Será que os nossos colegas da Unicamp são irresponsáveis, já que eles fazem
753 consulta, esta que para eles é constitucional? Eu acho que não. O Rodas prometeu transparência
754 e diálogo para a sua gestão, mas não cumpriu. Na minha opinião, temos que instituir a
755 democracia direta. O Congresso pode ser democrático, mas alguma ligação entre o poder e a
756 base deve existir, pois o reitor deve ser representante desta instituição perante o Governo do
757 Estado, e não representante do governador perante a instituição. A USP não é assessora do
758 Governo do Estado para ele fazer o que quiser aqui dentro, como implementar o PIMESP,
759 programa que tem muito dinheiro e que não consegue se concretizar. Sobre o peso dos votos
760 dos professores, acho que a escolha não diz respeito à categoria, mas é escolha política. Para
761 efetivarmos um processo, esperando que ele seja bem sucedido, não podemos mexer em tudo,
762 pois não conseguiríamos progredir. O CO do DCE aprovou a proposta de se fazer a consulta.
763 Eles vão nos chamar de pelegos, assim como a Zilda acabou de dizer sobre a proposta que eu
764 acabei de apresentar. Estamos tentando montar o início de um processo político que ligue a
765 estrutura de poder, representada por aqueles de cima que distribuem a verba e comandam as
766 portarias, com as estruturas de base da universidade, o que, quando a distribuição é feita de
767 forma direta, cria-se uma ligação muito forte, como ocorre na UNIFESP e na UNICAMP. A
768 presença do Thadeu na mesa de negociação com os outros reitores das universidades paulistas
769 mudou a mesa de negociação e a disposição da conversa, pois ele se comprometeu com coisas
770 publicamente. É possível de dizer que por meio de eleições Color e Hitler foram escolhidos por
771 eleição direta. Nenhum processo é fundamentalmente bem sucedido se não formos
772 constantemente vigilantes, porém nós ainda nem começamos. Temos obrigações perante a
773 sociedade do estado de SP, temos que ter transparência, não somos soberanos, pois o dinheiro
774 nos é passado indiretamente. Não democratizar a universidade é não cumprir o papel social que
775 a universidade deve prestar para aqueles que a sustentam. Por último, gostaria de dizer que
776 montar o processo e negociar esta proposta ocorreu por pacto entre professores, alunos e
777 funcionários e deu muito trabalho. A proposta é de abertura, ela pode ser negociada caso a
778 Direção aceite discuti-la, como sempre fazemos quando sentamos para negociar com a Direção,
779 o que não nos obriga a abdicarmos de certos princípios.”. Com a palavra, o Prof. Brasília João
780 Sallum Junior disse: “Foram colocados dois enfoques do assunto que temos que levar em conta,
781 mas temos que pesar os argumentos no tempo. O Cícero colocou de forma ampla o conjunto
782 dos assuntos que temos que tratar, na direção de um programa de discussão e produção de

783 propostas na direção da democratização da universidade. A outra proposta que foi exposta vai
784 no sentido de uma intervenção mais imediata. A questão básica que temos que decidir é se
785 vamos ou não atuar de imediato, já que estamos muito perto da eleição para reitor. É muito
786 difícil discutir esta questão neste momento, estamos atrasados na discussão. A proposta do
787 Chico é muito razoável como início para a discussão. Temos que dar os primeiros passos: o
788 segundo turno, e a lista tríplice para a Direção de faculdade, por exemplo, são coisas que
789 concentram extraordinário poder na universidade e fazem deste poder algo extraordinariamente
790 unipessoal, o que faz do CO uma peça meramente decorativa, fazendo da universidade um
791 hiper-governo brasileiro, no qual o Congresso tem pouca importância, mas que no nosso caso o
792 CO tem ainda menos importância. Temos uma enorme concentração de poder nas mãos do
793 governo central em prejuízo das unidades federais, o que faz do reitor um quase pequeno
794 ditador de portarias. Temos que trabalhar no sentido de quebrar paulatinamente este tipo de
795 concentração de poder. Eu sou da opinião, posição divergente daquela da opinião geral dos
796 estudantes, de que a presente reitoria é um pouco melhor do que a anterior, pelo conjunto dos
797 pró-reitores. Na realidade isso não interessa, o que importa é que devemos criar mecanismos de
798 controle do exercício da vontade coletiva.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse:
799 “Gostei muito da pergunta do professor Adorno em torno da questão do mérito, percurso pelo
800 qual eu acreditava que o debate iria percorrer. Quando o CO discute temas como eleições de
801 dirigentes ou sobre colegiados, a questão do mérito é muitas vezes invocada. No geral, o mérito
802 é compreendido como *ranking*, qualquer um que assista a reunião do CO verá que eles fazem
803 esta aproximação. Eu acredito que o sistema da USP não é meritocrático, ele é partidocrático, o
804 que pode ser observado quando se frequenta o CO. Não é o mérito que hoje campeia na
805 administração da universidade. Quais são os mecanismos que levantam os *rankings*? Ele pode
806 ser utilizado como argumento para que nada mude, já que temos altíssimos indicadores nos
807 *rankings*. Este é o raciocínio de base do CO. A própria USP nos mostrou, na edição especial do
808 jornal da USP do final do ano passado, quais são os critérios pelos quais se constroem estes
809 *rankings*. Quando observamos, todos eles têm a ver com o trabalho que fazem os docentes e os
810 pesquisadores, como no caso de um artigo publicado, que foi submetido por algum de nós,
811 avaliado e aprovado; os projetos de internacionalização são submetidos a algum professor.
812 Muitas vezes apresentam a seguinte questão, caso passássemos a eleição para a consulta ou
813 para outro mecanismo, entraria em perigo o prestígio da universidade. Temos que nos preparar
814 para este argumento. A situação em que os professores não tenham a oportunidade de votar ou
815 de pelo menos serem consultados, eu penso que este raciocínio não pode se sustentar enquanto
816 seguirmos a lógica dos *rankings*.”. Com a palavra, o Prof. Francisco Miraglia disse: “Sobre a

817 pergunta que o Sérgio fez a respeito do mérito, eu tenho uma visão que explicarei rapidamente,
818 visão que se origina pelo jeito que eu fui educado. Eu fiz doutorado na universidade de Yale,
819 universidade que aceitava quatro pessoas por ano para fazer doutorado no Departamento de
820 Matemática. Quando cheguei lá eu recebi a chave do prédio, a chave da biblioteca, e eu cansei
821 de deixar bilhetes avisando que tinha levado livros para casa. Eu me dirigia ao meu orientador
822 pelo seu primeiro nome, assim como o meu orientador tratava o seu orientador, ambos figuras
823 eméritas da universidade. Eles tratavam os alunos com muito respeito. Foi assim que eu fui
824 educado. Eles tinham algo que era reconhecido: liderança. Foi construída uma atmosfera que
825 tornava desnecessário ter que mostrar as suas estrelas para ser ouvido; quando eles falavam,
826 nós escutávamos. O mérito se estabelece porque a pessoa à qual nos dirigimos tem uma
827 liderança tão clara e evidente que você sente vontade de conversar com ela para aprender.
828 Eventualmente, o melhor possível do ponto de vista acadêmico não é o melhor possível do
829 ponto de vista administrativo, e vice-versa, coisa que vocês sabem. A ideia que a gente tentou
830 trazer é a de movimento político, o que o Brasília captou muito bem. Nesta conjuntura, para
831 conseguirmos ser bem sucedidos, a proposta é essa. As preocupações que o Cicero levantou são
832 absolutamente legítimas e precisam ser tratadas, e caso não forem de nada adiantará fazermos
833 consulta direta.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Pela questão
834 que o Sérgio levantou e quando pensamos a democracia de forma ampla, nos processos de
835 democratização das sociedades cada vez mais o problema do bom governo se deslocou para a
836 questão da legitimidade do governante. A questão do bom governo foi colocada de lado. A
837 questão da legitimidade tem sentido quando falamos de uma comunidade para todos os
838 propósitos. Não interessa se o Collor foi eleito, o que importa é se a eleição foi legítima.
839 Quando falamos de uma instituição que possui um propósito, que é a questão da docência, da
840 pesquisa e da produção de conhecimento, a questão do bom governo e da legitimidade tem
841 sentido. Temos que pensar formas nas quais estas coisas se combinam. A pessoa tem que se
842 apresentar perante o seu interlocutor com força, e a questão da gestão que esteja preocupada
843 com os propósitos da instituição é fundamental. Eu acho, Adrian e Brasília, que os poderes que
844 o reitor reúne pode nos fazer pensar que estamos lidando com uma estrutura autocrática na
845 USP. Concordo que o atual reitor tem colocado elementos cesaristas fortes numa estrutura que
846 eu não chamaria de monárquica, mas de oligárquica. Em qual sentido? De que ela existe, a
847 partir da autonomização do centro em relação com as periferias, que são as atividades fins da
848 universidade, o meio começa a se tornar um fim em si mesmo. O que é oligarquia? É um grupo
849 mais ou menos cerrado, com porta de entrada muito seletiva e cujos membros se alternam na
850 ocupação de postos-chaves desta estrutura. Isso gera distorção na vida política da universidade

851 como um todo; porque qualquer agência, grupo, instituição ou associação que interage com este
852 centro, que possui força gravitacional imensa, tão grande que eu às vezes acho que a luz da
853 inteligência já está sendo absorvida por esta força, ela é um buraco negro. Os grupos tendem a
854 mimetizar esta estrutura oligárquica, funcionando como grupo fechado cujos membros se
855 alternam na posição de interlocução com este centro. Acertar o alvo implica em oxigenação da
856 vida acadêmica. O que me preocupa é a vinculação da figura que exerce o poder executivo com
857 as figuras dos colegiados, especialmente o CO. Eu acho, dada esta situação, que devemos
858 pensar em uma proposta que mostre como institucionalmente podemos vincular o poder do
859 reitor com o poder dos colegiados. Para sairmos da opacidade precisamos fazer com que os
860 colegiados tenham maior capacidade deliberativa, o que eles atualmente não possuem. Ter
861 capacidade deliberativa significa a possibilidade de criar um ambiente em que as pessoas
862 possam alterar as suas preferências por conta do debate e da discussão. Pensarmos a eleição do
863 reitor desvinculada desta questão, o reitor pede até ter legitimidade, mas ele estará sentado em
864 uma estrutura absolutamente opaca e centralizada. Acho que deveríamos pensar muito bem
865 sobre os nossos primeiros passos. Teremos uma proposta em direção a isto? Espero que
866 possamos ter um diálogo das associações que contemple estas questões. É um programa que
867 tem etapas.”. Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse: “Estamos encerrando o debate.
868 Ele foi muito rico e tocou em pontos muito importantes que precisamos resolver. Em algum
869 momento ele deve nos levar para alguma proposta, e ela será a proposta da Congregação. Como
870 disse o Sérgio, este tema irá voltar ao CO, o que torna importante amadurecermos uma ideia
871 para que em momento oportuno possamos apresentá-la ao CO. É verdade que nós não nos
872 esquecemos que a proposta da eleição direta continua, apesar de não termos nem tocado nela
873 aqui, como bem disse a Marlene, por considerarmos que ela é um horizonte, mas que não pode
874 ser implementada no curto prazo. Se começarmos quebrando o que a mais de 30 anos está
875 imóvel na Universidade, poderia ser um passo para que as coisas caminhem.”. Ninguém mais
876 desejando fazer uso da palavra, o Senhor presidente passou à **ORDEM DO DIA: 1.**
877 **QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1. DISCUSSÃO DO**
878 **PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE (CIRC. SG/13 de**
879 **09.04.2013).** Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Na última reunião do CO eu comuniquei
880 sobre as dificuldades de chegarmos ao entendimento comum a respeito de encaminhamentos.
881 Eu comuniquei a chefia do gabinete, que me perguntava a respeito dos critérios e do
882 aperfeiçoamento dos critérios. Eu encaminhei um ofício dizendo que as Comissões da
883 Avaliação Setorial (CAs) foram comunicadas e que elas enviaram as suas propostas visando o
884 aperfeiçoamento em função das suas experiências singularizadas a cada um das CAs, e que a

885 posição aprovada pela Congregação da FFLCH não coincidia necessariamente com a posição
886 das CAS. Houve decisão desta Congregação que era a de que a avaliação da carreira fosse feita
887 de forma descentralizada e por meio de bancas. A proposta da avaliação por meio de bancas
888 não foi vencedora, a proposta da Faculdade foi derrotada, e inclusive a Direção da Faculdade
889 reconheceu, em uma das reuniões ordinárias, que a nossa proposta não tinha sido acolhida. O
890 que fora colocado foi o aperfeiçoamento dos critérios que estavam em andamento, pois eles não
891 coincidiam necessariamente com o entendimento da Congregação. Fui examinar aquilo que
892 poderíamos fazer e observei que a situação é complicada, pois para acolhermos as sugestões
893 que recebemos do DLM teremos que modificar as decisões tomadas por esta Congregação, o
894 que demandaria um quórum de 2/3 dela. É muito difícil alterar uma decisão anterior. Eu tenho
895 um proposta de encaminhamento, mas antes eu gostaria de ouvir o professor João Roberto.”.
896 Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “A questão é bem complicada, por
897 isso temos que ler os documentos para que melhor compreendamos o que está sendo pedido
898 para nós. È bom lembrar o e-mail que recebemos da Secretaria Geral da Universidade, que diz
899 *‘considerando a conclusão do primeiro ciclo de avaliação da progressão de nível da carreira*
900 *docente e percebendo a necessidade de aperfeiçoamento do processo, bem como consta no*
901 *artigo 21 da Resolução 5927/2011, solicitamos a colaboração de vossa excelência enviando*
902 *sugestões para a melhoria da normatização que orienta este processo’*. A palavra processo
903 aparece duas vezes porque diz respeito à proposta que venceu no CO e que instituiu a
904 progressão horizontal através dos pareceres. O que se pedia para as CAS e para as
905 congregações foi a contribuição no sentido de aprimorar o que já existe, e não para propor
906 mudanças. Querem que digamos como o trabalho foi feito e como podem aperfeiçoá-lo. A
907 nossa CAS se reuniu e fez um documento explicando que *‘Em resposta ao e-mail de 09/04 a*
908 *CAS de Letras e Linguística apresenta uma sugestão para a melhoria do processo de avaliação*
909 *docente com base na experiência adquirida nas duas primeiras etapas já concluídas. Nosso*
910 *trabalho foi feito da seguinte maneira: 1 – recebida a lista dos candidatos, fizemos grupos de*
911 *até 10 com base nas suas respectivas especialidades. Em seguida, entramos em contato com*
912 *colegas livre-docentes e titulares da USP e de outras instituições, convidando-os para*
913 *colaborar conosco como pareceristas. Nesta etapa houve preocupação em evitar qualquer*
914 *conflito de interesse. 2 – No passo seguinte, enviamos aos pareceristas os critérios para a*
915 *avaliação e pedimos a eles para não lançarem os seus pareceres no sistema antes de um*
916 *encontro com os membros da nossa CAS. 3 – A CAS agendou encontros com os três*
917 *pareceristas no prédio de Letras e todos juntos pudemos discutir os critérios e as avaliações,*
918 *tirar dúvidas e chegar a uma avaliação consensual de cada docente. 4 – Depois da reunião*

919 *com os pareceristas, seus pareceres foram lançados no sistema e a CAS pode emitir o parecer*
920 *conclusivo ratificando a avaliação consensual'. O que nos pareceu positivo neste processo foi*
921 *a interação com os colegas pareceristas que trouxeram ao nosso conhecimento as experiências*
922 *das avaliações de suas instituições de origem. Tal interação resultou em uma avaliação mais*
923 *qualitativa do que quantitativa dos nossos candidatos, impedindo avaliações discrepantes que,*
924 *uma vez lançadas no sistema, não podem mais ser modificadas. Quando isso acontece a CAS*
925 *fica com a difícil decisão de aprovar ou não o candidato. Quando ela não pode se basear nos*
926 *pareceres, é necessário ler o memorial do início, começando a avaliação do zero. As reuniões*
927 *permitem ajustes e reavaliações das avaliações, bem como resultados mais adequados. No*
928 *nosso caso, a prova da eficiência que demos ao encaminhamento do processo de avaliação foi o*
929 *pequeno número de recursos dos candidatos não aprovados. Nós da Letras enviamos o*
930 *documento, assim como os outros departamentos da FFLCH também mandaram.”. Com a*
931 *palavra, o Prof. Álvaro de Vita disse: “A primeira coisa a se notar é que a CAS, da qual eu sou*
932 *coordenador, representa 5 unidades: a FFLCH, a Faculdade de Direito de São Paulo e de*
933 *Ribeirão Preto, a EACH e Relações Internacionais. Somos onze membros, sendo cinco da*
934 *FFLCH e os outros seis oriundos das outras unidades. Tivemos 195 candidatos na primeira*
935 *avaliação, o que significou montar 600 bancas. Procedemos de forma diferente do que o João*
936 *colocou, mas nos valem do mesmo espírito, só não recorremos às reuniões presenciais, o que*
937 *não seria praticável devido ao número elevado de candidatos. Tentamos salvaguardar o rigor da*
938 *avaliação, a imparcialidade, evitar conflitos de interesses. Fizemos duas sugestões, a mais*
939 *controversa é a que propõe o sigilo dos pareceristas, pois esta avaliação foi completamente*
940 *transparente, os candidatos souberam quais foram os pareceristas que proferiram os pareceres,*
941 *o que gerou indignação de alguns pareceristas. A outra sugestão é a ideia de constituir uma*
942 *comissão, com a presença de professores externos, para fazer estudo sistemático deste processo*
943 *de avaliação em todas as suas etapas e, quando necessário, recomendar sugestões e alterações*
944 *para o seu aprimoramento.”. Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse:*
945 *“Somos do entendimento de que esta Congregação poderia dar sugestões a partir das*
946 *contribuições das CAS, que é o que o e-mail está pedindo, ‘sugestões para aperfeiçoar o*
947 *processo em curso’. A manifestação da Congregação deve se pautar em cima disso, mas ela*
948 *pode escolher não se manifestar. Não nos cabe afirmar que a Congregação é a favor dos*
949 *pareceres, o que cabe é concordar ou não com os textos que foram enviados pelas CAS.”. Com*
950 *a palavra, a Profa. Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmelo Santoro disse: “Temos que*
951 *lembrar que o que ficou decidido quando este processo foi aprovado é que ele seria reavaliado,*
952 *não foi decidido que ele seria reavaliado nos termos em que ele já havia sido colocado. É bom*

953 lembrar que naquele momento o grande ponto era justamente se a avaliação iria acontecer a
954 partir de pareceres ou por meio de bancas, era este o ponto de disputa. A interpretação que veio
955 no ofício não dá conta do verdadeiro problema que estava colocado, problema que ficamos de
956 reavaliar em dois anos. A nossa Congregação decidiu por bancas públicas, questão que nunca
957 mais foi recolocada. Não podemos reverter uma decisão que foi tomada por ampla maioria.
958 Sobre a questão do sigilo, eu gostaria de saber se algum professor se sente constrangido quando
959 ele é convidado a participar de defesa de doutorado ou de concurso de livre docência. Nestes
960 casos o professor diz o que ele tem que dizer, da mesma forma que ele pode dizer quando ele é
961 parecerista. Não estamos falando de projetos de pesquisa, estamos falando de carreira de
962 colegas. Aceitar ser parecerista nestas condições implica aceitar que temos que ter acesso ao
963 nome e ao parecer que foi proferido. No informativo da Adusp a que você estava se referindo,
964 estava escrito que houve um momento, quando as primeiras decisões foram publicadas, no qual
965 os pareceres não eram públicos, mas eles foram publicados num segundo momento quando se
966 fez referência à Lei de Acesso a Informação, já que os pareceres não dizem respeito a algo
967 pessoal dos candidatos, o que os tornam aptos a entrar nos pontos desta lei.”. Com a palavra, o
968 Prof. Brasília João Sallum Junior disse: “Eu cheguei a falar sobre a questão do sigilo do
969 parecer. Eu tenho posição contrária a da nossa colega. Quando vamos a uma banca nós
970 examinamos um trabalho, e ele exige padrões de julgamento específicos para aquele trabalho.
971 Quando falamos sobre o desempenho da carreira de alguém, aqui temos outra situação. Não
972 estamos falando de uma produção específica, estamos falando do desempenho em carreira, o
973 que significa avaliar o colega A em relação como colega B e colega C. Por hora não temos
974 restrição de dinheiro, a progressão é independente do orçamento, o que é insano, mas é o que
975 está acontecendo. Estamos hierarquizando os nossos colegas, deste ponto de vista, dar a opinião
976 mais honesta possível demanda sigilo, caso contrário o grau de honestidade entrará em perigo.
977 Não se trata de julgar trabalhos, mas de hierarquizar colegas.”. Com a palavra, a Profa.
978 Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmelo Santoro disse: “A avaliação não é comparativa.
979 Como é possível dar nota na prova de títulos, ou na arguição de memorial ou no concurso?”.
980 Com a palavra, a Profa. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos disse: “Quero responder uma
981 questão específica que foi levantada pela professora Elisabetta. O processo de avaliação teve
982 início em dezembro de 2011 e foi estabelecido que haveria uma avaliação após dois anos do
983 início do processo. Ainda não estamos a 24 meses de processo. A CCAD atrasou muito com o
984 processo, os inscritos se inscreveram apenas em outubro de 2011. A primeira rodada foi
985 bastante demorada, pois também estávamos sem experiência e experimentando. Agora estamos
986 na terceira rodada e ainda haverá uma quarta etapa, já que o proposto era que acontecesse uma

987 por semestre. Quando a Congregação decidiu que seria avaliação por bancas, eu fui
988 absolutamente favorável a isso, mas hoje, tendo passado por duas rodadas do processo que está
989 em curso, eu já não tenho mais tanta certeza disso, talvez a maneira pela qual o processo está
990 sendo conduzido seja a melhor que cabe ao momento. Só poderemos avaliar isso quando
991 cumprimos de fato as quatro rodadas, o que ainda não aconteceu, e que acontecerá até
992 dezembro de 2013.”. Com a palavra, a Profa. Maria Cristina F. Salles Altman disse: “Eu sou
993 membro da CAS de Letras e entrei no início do processo. O nosso documento, lido rapidamente
994 uma vez, pode sugerir que ficamos passivos durante todo o processo, o que não é verdade, pois
995 a nossa CAS, em vários momentos, se mostrou contrária a certas atitudes da Reitoria. Não há
996 passividade de nossa parte em cumprir uma tabelinha que nos foi enviada pela Comissão
997 Central. O que o nosso texto procura refletir é a necessidade de aperfeiçoarmos o processo,
998 mantendo o que está sendo feito pela nossa Unidade. Comparecemos nas bancas, discutimos
999 caso a caso, o candidato tem a voz em determinado momento e em determinado lugar, há
1000 liberdade de comparação, pois elas acabam acontecendo. Na comissão de Letras e Linguística
1001 ficamos das duas até oito da noite discutindo a progressão de quatro colegas, e eles têm
1002 completa liberdade para pedir esclarecimentos e detalhamentos sobre suas avaliações, com o
1003 auxílio de um membro da CAS externo ao nosso departamento. Acho que a questão é antes um
1004 fato de operacionalidade do que de princípio porque a CAS conseguiu respeitar o que era de
1005 desejo de todos naquele momento.”. Com a palavra, a Profa. Maria Elisa Siqueira Silva disse:
1006 “Sou do Departamento de Geografia. Eu não estou compreendendo muito bem qual é o
1007 processo de avaliação dos critérios que a nossa Congregação tem que enviar para a reitoria a
1008 respeito do processo de progressão. A reitoria enviou uma solicitação para que a Congregação
1009 enviasse algumas sugestões de aprimoramento?”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “As
1010 CAS já foram enviadas, pois havia prazo. Como não tínhamos chegado a consenso do que seria
1011 feito, eu propus à Congregação que eu mandaria um documento dizendo que as CAS
1012 mandariam o que elas fizeram, mas que isso não refletia a posição da Congregação.”. Com a
1013 palavra, a Profa. Maria Elisa Siqueira Silva disse: “Eu gostaria deste esclarecimento pois eu me
1014 reuni com alguns professores do Departamento de Geografia para elaborarmos algumas
1015 sugestões, segundo pontos que não foram respeitados ou considerados. Eu lerei: ‘*O assessor*
1016 *deve ser da mesma área de pesquisa do candidato*’; o que parece não ter sentido, mas para a
1017 Geografia que possui muitas áreas e subáreas isso deve ser levado em consideração; ‘*O*
1018 *assessor deve ter produção científica superior a do candidato*’, fizemos uma justificativa
1019 considerando várias avaliações, que poderão ser lidas posteriormente; a consideração das
1020 dificuldades do modo de avaliar levantadas pelo professor Brasília, ao se dizer sem jeito para

1021 avaliar as pessoas, isso poderia ser dirimido em grande parte pelo modo como fazem as outras
1022 CAS. Por exemplo, no documento da CAS da Computação há a definição de critérios mínimos
1023 para que seja possível passar de nível, o que é melhor do que o modo que nós definimos por
1024 aqui, que é por meio da média entre todos os itens, a meu ver maneira que não é a mais justa de
1025 se fazer a avaliação; *‘adoção de um critério mínimo satisfatório em cada grupo de atividades,*
1026 *como pesquisa, extensão e aula, para cada nível de ascensão na carreira docente’*; *‘os*
1027 *candidatos não podem ser avaliados por chefes de departamentos’*; isso é uma questão política,
1028 pois podemos ter problemas políticos de orientação que podem provocar avaliações injustas; a
1029 reconsideração solicitada pelo candidato à progressão da carreira docente deve ser feita com a
1030 indicação de assessores diferentes daqueles da primeira avaliação e este critério também deve
1031 ser considerado para o representante da CAS, representante que está acima dos assessores.”.
1032 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu sugiro que encaminhemos para a CA o documento
1033 que a Maria Elisa nos deixou, para que eles possam nos esclarecer melhor sobre estes pontos.”.
1034 Com a palavra, a Profa. Rosângela Sarteschi disse: “O que está se pretendendo, o que podemos
1035 observar pela fala de uma parte da Congregação, não é fazermos a avaliação das atuais CAS,
1036 pois as nossas CAS trabalharam muito, principalmente na primeira leva quando muitos se
1037 inscreveram. Estamos avaliando o processo e não o trabalho das CAS individuais. Todas as
1038 congregações da Universidade estão fazendo o processo de avaliação e elas têm o entendimento
1039 diferente do que foi colocado pela Direção da nossa Faculdade. A Matemática, por exemplo,
1040 reavaliou contra a carreira, voltando tudo como era antes. O entendimento apresentado aqui não
1041 é o entendimento das congregações das outras unidades. Sobre a questão dos sigilos, isso não
1042 depende de vontade individual, pois por lei é necessário que se tenha acesso à avaliação quando
1043 se trata de progressão funcional. Quando a Reitoria retrocedeu na questão do sigilo não é
1044 porque ela é democrática, mas porque ela tinha que cumprir a lei. Acho que temos que olhar
1045 um pouco para fora dos muros da Universidade, já que a carreira é para todos os docentes da
1046 Universidade. Se as nossas CAS trabalharam duro, foram honestas, justas e democráticas, o
1047 mesmo não aconteceu em grande parte das outras Unidades, e é por isso que a Adusp fez os
1048 artigos que fez. Outra coisa que foi levantada pelo Brasília é que atualmente não possuímos
1049 limites de verba. Temos limites sim, o texto da lei diz que a progressão é garantida desde que
1050 haja recursos para isso, e também, no primeiro processo, está escrito que as CAS da Faculdade
1051 devem responder a uma demanda, que é a nota de corte, o que aconteceu com a CAS de Letras
1052 que aprovou a todos, mas que posteriormente veio uma contraordem que estipulava até 70%
1053 dos submetidos. Algumas faculdades estipularam nota de corte de 50%. Os componentes da
1054 CAS podem responder quando veio este pedido da nota de corte.”. Com a palavra, o Prof. João

1055 Roberto Gomes de Faria disse: “Estabelecemos sete como bom e todos que tiraram sete foram
1056 aprovados. Como o número de aprovados de doutor 1 para doutor 2 era de 85 a 90%, pediram
1057 para que subíssemos a nota para oito e nós dissemos que o trabalho tinha sido feito com muita
1058 seriedade e que não aceitaríamos mudar isso. Dissemos que se a CCAD quisesse fazer as
1059 alterações poderia fazê-las, mas elas não foram feitas.”. Com a palavra, a Profa. Rosângela
1060 Sarteschi disse: “Quero fazer o seguinte encaminhamento. Devemos enfatizar a decisão que foi
1061 tomada em Congregação anterior que era a opção pela manutenção do processo descentralizado
1062 e sistema de bancas.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Rosângela, o que foi pedido
1063 aqui é o que estamos entendendo literalmente. Caso as congregações decidam responder o que
1064 elas querem responder, numa atitude política, elas têm todo o direito de fazê-lo. Não é uma
1065 questão de interpretação, mas é uma questão clara do que foi pedido e o que se espera que
1066 deveríamos responder. Podemos dizer que não concordamos com a pergunta, e a nossa posição
1067 é x ou y. Não é um problema de interpretação, mas de se recusar a responder ao que está sendo
1068 perguntado.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse: “Estou muito contente com os
1069 resultados das avaliações, pelo modo como a comissão trabalhou e pelos detalhes do pareceres.
1070 Mas estamos falando da Universidade e a Congregação tem que decidir sobre o conteúdo
1071 textual de uma Resolução para a Universidade. Neste sentido, penso que a nossa discussão está
1072 muito abstrata. Mesmo dentro das regras do jogo impostas no CO, a discussão no CO vai ser a
1073 seguinte: a Resolução tem seis artigos e capítulos internos, quais propostas pontuais têm quanto
1074 a esta Resolução? A discussão será nestes termos? As recomendações das CASs irão para a
1075 Comissão Central de Avaliação? Isso não é traduzível em termos dos artigos de uma
1076 Resolução, e neste sentido não vejo nenhuma discussão por aqui. Na reunião anterior eu propus
1077 uma reforma pontual dos artigos que tinham alguma inquietação em muitas unidades que não a
1078 nossa, principalmente sobre a questão de se há ou não há parâmetros previamente definidos de
1079 que se tem que aprovar tal quantidade. O que isso mudaria do espírito que se entende sobre a
1080 questão da carreira docente? Como tenho que votar no CO, eu elaborei uma proposta que já
1081 mencionei aqui em outro momento. Nas condições em que estamos não sei se há possibilidades
1082 de se resolver algo em nome da toda a Faculdade. Há pouca discussão e estamos confundindo o
1083 que é um balanço das CAS com o que está sendo posto em jogo pelo CO, ao dizer que até julho
1084 de 2013 iríamos rever o processo de avaliação da carreira.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da
1085 Cunha Lima disse: “Eu concordo que são duas discussões diferentes. A contribuição das CAS
1086 no que diz respeito às suas experiências é útil e deve ser enviada. Outra coisa é a discussão da
1087 Resolução de todo o processo. Primeiro eu entendi o que o Adrian entendeu sobre o prazo de
1088 reavaliação do processo e que quando eles nos pedem a nossa opinião, eles nos pedem nos

1089 termos do artigo da Resolução, que é aquele que nos fala que a reavaliação acontecerá após
1090 dois anos. Agora, a questão tem tantos pontos decisivos que eu acho que não somos capazes de
1091 reformular ou ratificar a Resolução anterior, pois temos poucos membros neste momento e o
1092 horário está adiantado, além de termos poucos elementos. Caso venhamos a discutir novamente
1093 esta questão, seria fundamental que esclarecêssemos o teor exato da discussão, trazendo os
1094 textos. Muitos dos problemas que ocorreram na prática não estão na Resolução, nela não existe
1095 fração e comparação. A Resolução fala que a avaliação deve ser qualitativa e que ela deve levar
1096 em consideração as especificações de cada área, o que contempla o que a Elisa falou. O que
1097 vamos discutir? A Resolução, os critérios que a Congregação encaminhou para as CAS, todo o
1098 processo? Precisamos ter os elementos e a Resolução nas mãos para podermos discutir. Sem
1099 isso, não vejo como podemos decidir a posição da Congregação.”. Com a palavra, o Senhor
1100 Diretor disse: “O que eu sinto da discussão é que há insatisfação da carreira. O que está em
1101 discussão é como transformar esta carreira em algo melhor, ou pelo menos em outra coisa.
1102 Quando a Francisco nos disse que a Matemática decidiu ser contra a carreira, isso é uma
1103 posição. Eu não me sinto em condições de conduzir o processo de alteração de uma decisão da
1104 Congregação que foi muito discutida. Para mudarmos, temos que ter muita discussão e
1105 elementos sólidos de discussão e de informação, o que demandaria pelo menos duas horas de
1106 boa discussão. Algumas questões são de ordem operacional e elas podem ser resolvidas dentro
1107 da economia doméstica das CAs e dentro daquilo que pode ser discutido no âmbito da
1108 Congregação. Aquilo que envolver questões estruturais e que tem a ver com a natureza da
1109 carreira, aí a Congregação teria que constituir uma pequena comissão, ter uma proposta e
1110 encaminhá-la para a reitoria. A proposta pode ir direto para a gaveta, mas pelo menos
1111 marcamos a nossa posição. Na CLR eu vejo a iniciativa de diversas unidades que propõem
1112 diversas modificações, unicamente por demanda interna. Se nós achamos que não estamos
1113 satisfeitos, temos que ter uma postura propositiva, caso contrário perdemos, pois acabamos
1114 executando o processo que nos é imposto, já que não queremos prejudicar nenhum professor
1115 que esteja participando do processo. Em função do que foi falado e discutido, proponho que
1116 mantenhamos o processo de avaliação como está, pois não temos atualmente condições de
1117 propor alterações, mas mantemos a posição de princípio da Congregação que foi discutida
1118 anteriormente.”. Após votação, a proposta de manutenção do processo de avaliação e
1119 manutenção da posição da Congregação foram **APROVADAS. 1.2. CRIAÇÃO DO**
1120 **LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL E O SISTEMA MUNDIAL (LAB-**
1121 **MUNDI). O Departamento de História solicita a criação do Laboratório de Estudos**
1122 **sobre o Brasil e o Sistema Mundial - (Proc: 13.1.1723.8.6).** (v. anexo, cópia da solicitação,

regimento e parecer do membro da Congregação Bernardo Ricupero). Após votação, o parecer foi **APROVADO**. **1.3. O DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA SOLICITA CONCESSÃO DO TÍTULO DE PROFESSORA EMÉRITA DA FACULDADE À PROFA. DRA. ANITA WAINGORT NOVINSKY (PROC. 13.1.1722.8.0).** (v. anexo, cópia da justificativa da solicitação aprovada pelo Conselho do Departamento em 12/04/2013). Após votação, o parecer foi **APROVADO**. **1.4. RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL DE PUBLICAÇÃO. O DLCV solicita retificação do nome da publicação reconhecida institucionalmente pela FFLCH. DE: Revista de Filologia e Língua Portuguesa PARA: Revista de Filologia e Linguística Portuguesa.** Após votação, a solicitação foi **APROVADA**. **1.5. CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA SOCIAL – LAPS. O Departamento de Sociologia solicita a criação do Laboratório de Pesquisa Social - (Proc: 13.1.2034.8.0).** (v. anexo, cópia da solicitação, regimento e parecer do membro da Congregação Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão). Após votação, a solicitação foi **APROVADA**. **2. INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SENIOR** (*votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque*). **2.1.** A Professora Doutora **SALETE DE ALMEIDA CARA** encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (Proc.: 13.1.1757.8.8). **2.2.** A Professora Doutora **BERTA WALDMAN** encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Letras Orientais (Proc. 11.1.1637.8.0). Após votação, os pedidos foram **APROVADOS**. **3. CONCURSO DOCENTE – EXAME FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S) NO ATO DA INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE, ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA – votação secreta.** **3.1.** Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de Geografia, área de Sensoriamento Remoto aplicado à Geografia, conforme Edital FFLCH nº. 007/2013, publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.248.8.0) **3.1.1. EXAME FORMAL** - Relatora: **Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL) – PARECER FAVORÁVEL** **3.1.2. O Professor Doutor Ailton Lucchiari** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, o requerimento foi **APROVADO** com 35 votos favoráveis e 0 contrários. **3.1.3. O DG** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Adilson Avansi de Abreu (DG-FFLCH, Titular) = 25 votos, Jurandyr Luciano Sanches Ross (DG-FFLCH, Titular) = 34 votos, Marcos César Ferreira (UNICAMP, Livre-Docente) = 34 votos, Miguel César Sanches (UNESP-Rio Claro, Titular) = 26 votos e Adler Guilherme Viadana (UNESP-Araraquara, Livre-Docente) = 32 votos. **SUPLENTE:** Reinaldo

1157 Paul Pérez Machado (DG-FFLCH, Livre-docente) = 8 votos, Magda Adelaide Lombardo (DG-
 1158 FFLCH, Livre-Docente, aposentada) = 3 votos, Raul Borges Guimarães (UNESP-Presidente
 1159 Prudente, Livre-Docente) = 2 votos, Laymert Garcia dos Santos (UNICAMP, Titular) = 11
 1160 votos. **3.2.** Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente
 1161 no Departamento de Linguística, área de Teoria Gramatical, conforme Edital FFLCH nº.
 1162 007/2013, publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.251.8.0) **3.2.1. EXAME FORMAL - Relator:**
 1163 **Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (DLM) – PARECER FAVORÁVEL** **3.2.2. O Professor**
 1164 **Doutor Jairo Galindo** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima. Após
 1165 votação, o requerimento foi **APROVADO** com 34 votos favoráveis e 0 contrários. **3.2.3. O DL**
 1166 **sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:**
 1167 **TITULARES:** Esmeralda Vailati Negrão (DL-FFLCH, Titular) = 34 votos, Jairo Morais
 1168 Nunes (DL-FFLCH, Livre-docente) = 27 votos, Rodolfo Ilari (UNICAMP, Livre-Docente) =
 1169 33 votos, Carlos Miotto (UFSC, Livre-Docente) = 33 votos e José Borges Neto (UFPR, Titular)
 1170 = 25 votos. **SUPLENTE:** Marilza de Oliveira (DLCV-FFLCH, Titular) = 7 votos, Maria
 1171 Cristina Fernandes Salles Altman (DL-FFLCH, Titular) = 1 voto, Sônia Maria Lazzarini
 1172 Cyrino (UNICAMP, Livre-Docente) = 8 votos, Miriam Lemle (UFRJ, Titular) = 3 votos. **3.3.**
 1173 Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no
 1174 Departamento de Letras Modernas, área de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês,
 1175 disciplina de Língua Inglesa, conforme Edital FFLCH nº. 007/2013, publicado em 26/02/2013.
 1176 (Proc.: 13.5.219.8.0) **3.3.1. EXAME FORMAL - Relator: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert**
 1177 **(DLM) – PARECER FAVORÁVEL**. **3.3.2. A Professora Doutora Marisa Grigoletto**
 1178 **apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, o requerimento foi**
 1179 **APROVADO** com 35 votos favoráveis e 0 contrários. **3.3.3. O DLM sugere para compor a**
 1180 **Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:** **TITULARES:** Lynn Mário
 1181 Trindade Menezes de Souza (DLM-FFLCH, Titular) = 28 votos, Walkyria Maria Monte Mór
 1182 (DLM-FFLCH, Livre-docente) = 33 votos, Maria José Rodrigues Faria Coracini (UNICAMP,
 1183 Titular) = 34 votos, Kanavillil Rajagopalan (PUC-SP, Titular) = 34 votos e Maria Onice Payer
 1184 (UNIVAS, Titular) = 28 votos. **SUPLENTE:** Manoel Luiz Gonçalves Correa (DLCV-
 1185 FFLCH, Livre-Docente) = 1 voto, Laura Patrícia Zuntini de Izarra (DLM-FFLCH, Livre-
 1186 Docente) = 8 votos, Hilário Inácio Bohn (UFSC, Titular) = 2 votos, Luci Banks Leite
 1187 (UNICAMP, Livre-Docente) = 7 votos. **3.4.** Concurso público para provimento de um cargo de
 1188 Professor Doutor no Departamento de Filosofia, disciplina de Estética, conforme Edital
 1189 FFLCH/FLF nº. 006/2013, publicado em 29/01/2013. (Proc.: 12.1.5561.8.0) **3.4.1. EXAME**
 1190 **FORMAL - Relatora: Profa. Dra. Cleusa Rios Pinheiro Passos (DTLLC) – PARECER**

1191 **FAVORÁVEL** 3.4.2. Os candidatos **Rosemary Conceição dos Santos, Christiane Wagner,**
1192 **Rejane Maria Bernal Ventura, Cristiane Maria Rebello Nascimento, Priscila Rossinetti**
1193 **Rufinoni, Ulisses Razzante Vaccari, Oliver Tolle e Taisa Helena Pascale Palhares**
1194 apresentam requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, os requerimentos
1195 foram **APROVADOS** com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário. **3.4.3.** O **DF** sugere
1196 para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:
1197 **TITULARES:** Luiz Fernando Batista Franklin de Matos (DF-FFLCH, Titular) = 35 votos,
1198 Ricardo Nascimento Fabbrini (DF-FFLCH, Doutor) = 29 votos, Jeanne-Marie Gagnebin de
1199 Bons (PUC-SP, Titular) = 34 votos, Nelson Alfredo Aguilar (UNICAMP, Doutor) = 35 votos e
1200 Vinícius Berlendis de Figueiredo (UFPR, Doutor) = 34 votos. **SUPLENTE:** Márcio Suzuki
1201 (DF-FFLCH, Doutor) = 6 votos, Pedro Paulo Garrido Pimenta (DF-FFLCH, Doutor) = 1 voto,
1202 Ernani Pinheiro Chaves (UFPA, Doutor) = 1 voto, Pedro Süssekind Viveiros de Castro
1203 (UNICAMP, Doutor) = 1 voto e Luiz Armando Bagolin (IEB-USP, Doutor) = 1 voto. **3.5.**
1204 Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no
1205 Departamento de Geografia, área de Climatologia I, conforme Edital FFLCH nº. 007/2013,
1206 publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.213.8.1) **3.5.1. EXAME FORMAL** - Relatora: **Profa.**
1207 **Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL)** – **PARECER FAVORÁVEL** **3.5.2. O Professor**
1208 **Doutor Ricardo Augusto Felício** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima.
1209 **3.5.3.** O **DG** sugere para compor a **Comissão Julgadora** do citado concurso, os nomes dos
1210 Profs. Drs.: **TITULARES:** Jurandyr Luciano Sanches Ross (DG-FFLCH, Titular) = , Wagner
1211 Costa Ribeiro (DG-FFLCH, Titular), Tercio Ambrizzi (IAG/USP, Titular), Antonio Carlos
1212 Tavares (UNESP-Rio Claro, Livre-Docente) e Paulo Eduardo Artaxo Netto (IF-USP, Titular).
1213 **SUPLENTE:** Antonio Carlos Colangelo (DG-FFLCH, Livre-docente), José Roberto Tarifa
1214 (DG-FFLCH, Livre-Docente, aposentado), Francisco Arthur da Silva Vecchia (Escola de
1215 Engenharia de São Carlos-USP, Livre-Docente) e Rosmeri Porfírio da Rocha (IAG-USP,
1216 Livre-Docente). A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
1217 USP, em sessão ordinária de 23 de maio de 2013, tendo em vista o recebimento do documento
1218 do candidato inscrito **Prof. Dr. Ricardo Augusto Felício**, solicitando a impugnação dos nomes
1219 indicados pelo Conselho Departamental para composição de Comissão Julgadora do concurso
1220 em referência, **APROVOU** a retirada deste item de pauta e **ENCAMINHA** ao Departamento
1221 de Geografia para examinar o arrazoado e decidir quanto à sugestão definitiva da Comissão
1222 Julgadora a ser votada pela Congregação. **3.6.** Concurso público de títulos e provas visando à
1223 obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de Letras Modernas, área de Língua e
1224 Literatura Alemã, disciplina de Literatura Alemã, conforme Edital FFLCH nº. 007/2013,

1225 publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.241.8.5). **3.6.1. EXAME FORMAL** - Relator: **Prof. Dr.**
1226 **Francis Henrik Aubert (DLM) – PARECER FAVORÁVEL** **3.6.2. A Professora Doutora**
1227 **Claudia Sybille Dornbusch** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima. Após
1228 votação, o requerimento foi **APROVADO** com 35 votos favoráveis e 0 contrários. **3.6.3. O**
1229 **DLM** sugere para compor a **Comissão Julgadora** do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:
1230 **TITULARES:** João Azenha Junior (DLM-FFLCH, Titular) = 33 votos, Stefan Wilhelm Bolle
1231 (DLM-FFLCH, Titular, aposentado) = 27 votos, Suzi Frankl Sperber (UNICAMP, Titular) = 35
1232 votos, Mayra Gomes (ECA-USP, Titular) = 29 votos e Norval Baitello Junior (PUC-SP,
1233 Titular) = 28 votos. **SUPLENTE:** Selma Martins Meireles (DLM-FFLCH, Livre-docente) = 8
1234 votos, John Milton (DLM-FFLCH, Titular) = 2 votos, Eliana Amarante de Mendonça Mendes
1235 (UFMG, Titular) 7 votos e Maria José Pereira Monteiro (UFRJ, Livre-Docente) = 6 votos. **4.**
1236 **RECOMPOSIÇÃO COMISSÃO JULGADORA - CONCURSO DOCENTE – votação**
1237 **secreta. 4.1.** O Departamento de Sociologia, em virtude de impedimentos de alguns dos
1238 membros da Comissão do concurso público para provimento de um cargo para Professor
1239 Doutor, ref.: MS-3, em RDIDP, no Departamento de Sociologia, área de Sociologia da
1240 Religião, conforme Edital FLS nº 009/2013, de 28/02/2013 (Proc. 13.1.589.8.4), houve por
1241 bem sugerir para recomposição os nomes dos Profs. Drs. **Titulares:** Leopoldo Garcia Pinto
1242 Waizbort (DS/FFLCH, Titular, Presidente) = 34 votos, Maria Helena Oliva Augusto (DS-
1243 FFLCH, Doutora) = 34 votos, Alexandre Antonio Cardoso (UFMG, Livre-Docente)= 34 votos,
1244 Cecilia Loreto Mariz (UERJ, Livre-Docente) = 34 votos e Eliane Hojaij Gouveia (PUC/SP,
1245 Doutora) = 35 votos. **SUPLENTE:** Fernando Antonio Pinheiro Filho (DS/FFLCH, Doutor) =
1246 1 voto, Alexandre Braga Massella (DS-FFLCH, Doutor) = 1 voto, Maria José Fontelas Rosado
1247 Nunes (PUC/SP, Doutora) 1 voto e Leonildo Silveira Campos (UNIFESP, Doutor) = 1 voto. **5.**
1248 **RELATÓRIO FINAL – CONCURSO DOCENTE – votação secreta. 5.1.** Concurso público
1249 para provimento de um cargo de Professor Doutor do Departamento de Letras Modernas, área
1250 de Língua e Literatura Italiana, disciplina de Língua Italiana, conforme Edital FFLCH/FLM nº.
1251 034/2012, publicado em 18/12/12 (Proc. nº. 12.1.5472.8.7). (v., *anexo, cópia do relatório final*
1252 *da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 13 a 16 de maio de 2013, tendo sido*
1253 *aprovada a candidata **Roberta Ferroni**). Após votação, o relatório foi **APROVADO** por 35*
1254 *votos favoráveis e 0 contrários. 5.2.* Concurso público para provimento de um cargo de
1255 Professor Titular do Departamento de História, área de História, conforme Edital FFLCH/FLH
1256 nº. 020/2011, publicado em 17/12/11 (Proc. nº. 11.1.5073.8.4). (v., *anexo, cópia do relatório*
1257 *final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 13 a 15 de maio de 2013, tendo*
1258 *sido aprovado o candidato **Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron**). Após votação,*

o relatório foi **APROVADO** por 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário. **6. RECURSO - COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – CONVÊNIOS DE CO-ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL (CO-TUTELA) votação aberta 6.1.** Pedido do Doutorando **Osmany Porto de Oliveira**, em caráter de recurso, à Câmara Curricular, de sua inclusão ao Convênio Acadêmico de co-orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e a Université de Paris III (*doc. E-convênios 26616*) (*v. anexo, cópia do parecer favorável da CPG*). Após votação, o parecer foi **APROVADO**. **7. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO – RECURSOS. 7.1.** A Sra. **Patrícia Rosenthal Pereira Lima** aluna do curso de Ciências Sociais, solicita em grau de recurso à Congregação, pedido de trancamento total de matrícula retroativo (Proc. 11.1.3919.8.3) (*v. anexo, cópia do parecer da Comissão de Graduação e do relator da Congregação, Prof. Dr. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira*). Após votação, o parecer foi **CONTRÁRIO** do relator foi **APROVADO**. Portanto, o recurso foi **INDEFERIDO**. **8. ABERTURA DE EDITAL – CONCURSO – PROFESSOR DOUTOR. 8.1.** O Departamento de Letras Modernas solicita abertura de edital para concurso público para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP, área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, disciplina de Literatura Espanhola (Proc.: 12.1.3333.8.0) (*v. anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho do Departamento em 07/05/2013*). Após votação, a solicitação foi **APROVADA**. **8.2.** O Departamento de Letras Modernas solicita abertura de edital para concurso público para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP, área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, disciplina de Língua Espanhola (Proc.: 12.1.3334.8.6) (*v. anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho do Departamento em 07/05/2013*). Após votação, a solicitação foi **APROVADA**. **9. PROCESSO SELETIVO – CONTRATAÇÃO DOCENTE – TEMPORÁRIO – DOUTOR aprovado ad referendum 9.1.** A Direção da Faculdade aprovou a inscrição do candidato Rafael Afonso da Silva no processo seletivo para contratação docente por prazo determinado (temporário), como Professor Contratado III (Professor Doutor), em jornada de 12 horas semanais de trabalho, junto ao Departamento de Sociologia, Área de Sociologia do Desenvolvimento (EDIT FFLCH/FLS N° 016/2013 de 06/04/2013 (Proc. 11.1.4589.8.7)). **9.2.** A Direção da Faculdade **aprovou os seguintes nomes para compor a Comissão Julgadora** do referido processo seletivo: **Titulares:** Profs. Drs. Leonardo Gomes Mello e Silva (DS-FFLCH, Doutor), Bernardo Ricupero (DCP-FFLCH, Doutor) e João Paulo Cândia Veiga (DCP-FFLCH, Doutor). **Suplentes:** Profs. Drs. Laurindo Dias Minhoto (DS-FFLCH, Doutor), Rossana Rocha Reis (DCP- FFLCH, Doutora). Após votação, os itens acima foram **APROVADOS**. **10.**

1293 **PROCESSO SELETIVO – CONTRATAÇÃO DOCENTE – TEMPORÁRIO – DOUTOR**
1294 **– votação secreta. 10.1.** Relatório final do processo seletivo para contratação docente por
1295 prazo determinado (temporário), como Professor Contratado III (Professor Doutor), em jornada
1296 de 12 horas semanais de trabalho, junto ao Departamento de Sociologia, Área de Sociologia do
1297 Desenvolvimento (EDIT FFLCH/FLS Nº 016/2013 de 06/04/2013) (Proc. 11.1.4589.8.7). (v.
1298 *anexo, cópia do relatório final do processo seletivo, realizado nos dias 08 a 10/05/2013, tendo*
1299 *sido reprovado o único candidato inscrito, Professor Doutor Rafael Afonso da Silva*). Após
1300 votação, o relatório final foi **APROVADO** por 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

1301 **11. BOLSA PARA PROFESSOR VISITANTE INTERNACIONAL** (*votação aberta, em*
1302 *bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque*). **11.1.** O DLCV encaminha pedido para
1303 contratação do Prof. Dr. **Yiannis C. B. Petropoulos (Democritean University of Thrace/**
1304 **Harvard University)**, como Professor Visitante Internacional, pelo período de 30 de julho a 16
1305 de setembro de 2013, para proferir palestras e participar de grupos de pesquisas junto ao
1306 Departamento, com base na Resolução nº 6.519 de 25.03.2013. (Proc. 13.1.2358.8.0) (v.
1307 *anexo, plano de trabalho aprovado ad referendum do Conselho do DLCV*). Após votação, o
1308 pedido foi **APROVADO**. **ADITAMENTO. 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA**
1309 **ACADÊMICA. 1.1. CRIAÇÃO DA REVISTA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA**
1310 **INTELLECTUAL – INTELLIGERE.** O Departamento de História solicita a criação da
1311 **Revista Intelligere (Proc: 13.1.1861.8.0).** (v. anexo, cópia do regimento e do parecer do
1312 membro da Congregação Prof. Dr. Leopoldo Garcia Pinto Waizbort). Após votação, o parecer
1313 foi **APROVADO**. **1.2. ELEIÇÃO PARA CHEFE E VICE-CHEFE DO**
1314 **DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS.** (Foram eleitos os Professores Doutores
1315 Reginaldo Gomes de Araujo e Mona Mohamad Hawi, assim como os membros do Conselho
1316 Departamental, com mandato de 10/05/2013 a 09/05/2015). Após votação, o item foi
1317 **APROVADO**. **2. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO – RECURSOS. 2.1.** A Sra. **Juliana**
1318 **Diniz Bernardo** aluna do curso de Filosofia, solicita em grau de recurso à Congregação,
1319 pedido de retorno ao curso (Proc. 12.1.340.8.5) (v. *anexo, cópia do parecer da Comissão de*
1320 *Graduação e do relator da Congregação, Prof. Dr. Fernando Limongi*). Após votação, o
1321 parecer foi **APROVADO**. **3. INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SENIOR**
1322 (*votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque*) **3.1.** A Professora Doutora
1323 **AMÁLIA INES GERAIGES DE LEMOS** encaminha pedido para ingresso no Programa de
1324 Professor Sênior junto ao Departamento de Geografia (Proc.: 13.1.2474.8.0) **3.2.** O Professor
1325 Doutor **JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI** encaminha pedido para ingresso no Programa de
1326 Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia (Proc.: 13.1.2490.8.5). Após votação, os

1327 itens acima foram **APROVADOS**. **4. COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO –**
1328 **CONVÊNIOS DE CO-ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL (CO-TUTELA) votação**
1329 **aberta. 4.1.** Pedido da Senhora **Gisela Anauate Bergonzoni**, aluna de doutorado, referente ao
1330 Convênio Acadêmico de co-orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-
1331 Graduação em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês e a Université
1332 Rennes 2, França (*doc. E-convênios 32281*). Após votação, o pedido foi **APROVADO**. **4.2.**
1333 Pedido do Senhor **Craig William Schuetze**, aluno de doutorado, referente ao Convênio
1334 Acadêmico de co-orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em
1335 Antropologia Social e a University of California Santa Cruz (UCSC) EUA (*doc. E-convênios*
1336 *32282*). Após votação, o pedido foi **APROVADO**. **5. CONCURSO DOCENTE – EXAME**
1337 **FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S) NO**
1338 **ATO DA INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE, ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO**
1339 **EM CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA – votação secreta. 5.1.** Concurso público
1340 para provimento de um cargo de Professor Doutor, no Departamento de Letras Orientais, área
1341 de Língua e Literatura Chinesa, disciplina de Literatura Moderna Chinesa, conforme Edital
1342 FFLCH/FLO n.º. 015/2013, publicado em 23/03/2013. (Proc.: 13.1.982.8.8). **5.1.1. EXAME**
1343 **FORMAL** - Relator: **Prof. Dr. Modesto Florenzano (DH) – PARECER FAVORÁVEL**
1344 **5.1.2.** Os candidatos **Shu Chansheng e Sérgio Pereira Antunes** apresentam requerimento de
1345 inscrição para o concurso acima. Após votação, o requerimento foi **APROVADO** com 35
1346 votos favoráveis e nenhum voto contrário. **5.1.3.** O **DLO** sugere para compor a Comissão
1347 Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Mona Mohamad Hawi
1348 (DLO-FFLCH, Doutora) = 32 votos, Mário Bruno Sproviero (DLO-FFLCH, Titular,
1349 aposentado) = 28 votos, Chen Liang Yee (POLI-USP, Doutor) = 34 votos, Fernanda Miranda
1350 da Cruz (Unifesp, Doutora) = 26 votos e Verena Kewitz (DLCV-FFLCH, Doutora) = 32 votos.
1351 **SUPLENTE:** Noé Silva (DLO-FFLCH, Doutor) = 1 voto, Chen Tsung Jye (DLO-FFLCH,
1352 Livre-Docente) = 9 votos, Maria Célia Pereira Lima Hernandez (DLCV-FFLCH, Livre-
1353 Docente) = 10 votos e Yun Jung Im Park (Korea Foundation, Doutora) = 3 votos. **5.2.**
1354 Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no
1355 Departamento de Filosofia, área de História da Filosofia Antiga, conforme Edital FFLCH n.º.
1356 002/2012, publicado em 24/02/2012. (Proc.: 12.5.190.8.0). **5.2.1. EXAME FORMAL -**
1357 **Relator:** Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (DLM) – **PARECER FAVORÁVEL** **5.2.2. O**
1358 **Professor Doutor Roberto Bolzani Filho** apresenta requerimento de inscrição para o concurso
1359 acima. Após votação, o requerimento foi **APROVADO** com 35 votos favoráveis e nenhum
1360 voto contrário. **5.2.3.** O **DF** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os

1361 nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Marco Antônio de Ávila Zingano (DF-FFLCH, Livre-
 1362 Docente) = 35 votos, Franklin Leopoldo e Silva (DF-FFLCH, Titular, aposentado) = 29 votos,
 1363 Jacyntho José Lins Brandão (UFMG, Titular) = 34 votos, Maria das Graças de Moraes Augusto
 1364 (UFRJ, Especialista de Reconhecido Saber) = 28 votos e Marcelo Pimentas Marques (UFMG,
 1365 Especialista de Reconhecido Saber) 27 votos. **SUPLENTE:** Pablo Rubén Mariconda (DF-
 1366 FFLCH, Titular) = 1 voto, José Antonio Alves Torrano (DLCV-FFLCH, Titular) = 6 votos,
 1367 Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento (PUC-SP, Titular) = 1 voto, Fátima Regina Rodrigues
 1368 Évora (UNICAMP, Livre-Docente) = 8 votos, Ubirajara Rancan de Azevedo Marques
 1369 (UNESP, Livre-Docente) = votos. **5.3.** Concurso público para provimento de um cargo de
 1370 Professor Doutor, no Departamento de Filosofia, área de História da Filosofia Medieval,
 1371 conforme Edital FFLCH/FLF nº. 010/2013, publicado em 23/03/2013. (Proc.: 13.1.1025.8.7).
 1372 **5.3.1. EXAME FORMAL** - Relator: **Prof. Dr. John Cowart Dawsey (DA) – PARECER**
 1373 **FAVORÁVEL** **5.3.2.** Os candidatos **Ricardo Ferreira Nunes, Carlos Eduardo de Oliveira,**
 1374 **Rodrigo Guerizoli Teixeira e Pedro Calixto Ferreira Filho** apresentam requerimento de
 1375 inscrição para o concurso acima. Após votação, os requerimentos foram **APROVADOS** com
 1376 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário. **5.3.3.** O **DF** sugere para compor a **Comissão**
 1377 **Julgadora** do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Lorenzo Mammi (DF-
 1378 FFLCH, Livre-docente) = 33 votos, Franklin Leopoldo e Silva (DF-FFLCH, Titular,
 1379 aposentado) = 35 votos, Francisco Bertelloni (Universidade de Buenos Aires, Titular) = 35
 1380 votos, José Francisco Preto Meirinhos (Universidade do Porto, Doutor) 33 votos e Constantino
 1381 Esposito (Università di Bari Aldo Moro – Itália, Doutor) 28 votos. **SUPLENTE:** Milton Meira
 1382 do Nascimento (DF-FFLCH, Titular) = 2 votos, Caetano Ernesto Plastino (DF-FFLCH,
 1383 Doutor) = 1 voto, Carolina Julieta Fernández (Universidade de Buenos Aires, Doutora) = 1
 1384 voto, Fátima Regina Rodrigues Évora (UNICAMP, Livre-Docente) = 7 votos e Carlos Arthur
 1385 Ribeiro do Nascimento (PUC-SP, Titular) = 2 votos. **5.4.** Concurso público para provimento de
 1386 um cargo de Professor Doutor, no Departamento de Ciência Política, disciplina de Política
 1387 Comparada e Brasileira, conforme Edital FFLCH/FLP nº. 005/2013, publicado em 24/01/2013.
 1388 (Proc.: 12.1.5323.8.1). **5.4.1. EXAME FORMAL** - Relator: **Prof. Dr. Gilberto Pinheiro**
 1389 **Passos (DLM) – PARECER FAVORÁVEL** **5.4.2.** Os candidatos **Sérgio Rodrigo Marchiori**
 1390 **Praça, Diego Sanches Corrêa, Glauco Peres da Silva, Vitor Emanuel Marchetti Ferraz**
 1391 **Junior, Wagner de Melo Romão, Frederico Normanha Ribeiro de Almeida, Rogerio**
 1392 **Schlegel, Bruno Wilhelm Speck e Ricardo Ceneviva** apresentam requerimento de inscrição
 1393 para o concurso acima. Após votação, os requerimentos foram **APROVADOS** com 35 votos
 1394 favoráveis e 0 contrários. **5.4.3.** O **DCP** sugere para compor a **Comissão Julgadora** do citado

1395 concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Cícero Romão Resende de Araújo (DCP-
1396 FFLCH, Titular) = 29 votos, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira (DCP-FFLCH, Doutor) =
1397 27 votos, Brasília João Sallum Junior (DS-FFLCH, Titular) = 33 votos, Lúcio Remuzat Rennó
1398 Junior (UnB, Doutor) = 28 votos e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (PUC-MG, Doutor) = 29
1399 votos. **SUPLENTE:** Álvaro de Vita (DCP-FFLCH, Titular) = 8 votos, Rafael Antonio Duarte
1400 Villa (DCP-FFLCH, Livre-Docente) = 6 votos, Nadya Araújo Guimarães (DS-FFLCH, Titular)
1401 = 6 votos, Octávio Amorim Neto (FGV, Doutor) = 2 votos, Telma Maria Gonçalves Menicucci
1402 (UFMG, Doutora) = 1 voto, Gilberto Hochman (FIOCRUZ, Doutor) = 4 votos, Cristiane de
1403 Andrade Lucena Carneiro (IRI-USP, Doutora) = 1 voto, Jairo Cesar Marconi Nicolau (UFRJ,
1404 Doutor) = 1 voto e Fabrício Ricardo de Limas Tomio (UFPR, Doutor) = 1 voto. Ninguém mais
1405 desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou
1406 encerrada a sessão. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de
1407 Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com o Senhor
1408 Diretor. São Paulo, 23 de maio de 2013.